

cadernos *sempreviva*

———— **NEOLIBERALISMO,
TRABALHO E DEMOCRACIA**

Trilhas Feministas

Textos de

CLARISSE GOULART PARADIS
FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO
MARIANA LACERDA
MARILANE TEIXEIRA
MIRIAM NOBRE
NALU FARIA
SARAH LUIZA DE SOUZA MOREIRA



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

—— **NEOLIBERALISMO,
TRABALHO E DEMOCRACIA**

Trilhas Feministas

CADERNOS SEMPREVIVA

Uma publicação da SOF Sempreviva Organização Feminista

Série Economia e Feminismo

1. Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres: Crítica à Sociedade de Mercado (2007)
2. Cuidado, Trabalho e Autonomia das mulheres (2010)
3. Análises feministas: Outro olhar sobre a economia e a ecologia (2012)
4. Reflexões e práticas de transformação feminista (2015)
5. Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal (2019)
6. Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento: trilhas feministas (2020)
7. Neoliberalismo, trabalho e democracia: trilhas feministas (2020)

Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania

1. Gênero e Desigualdade (1997)
2. Gênero e Agricultura Familiar (1998)
3. Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista (1998)
4. Gênero e Educação (1999)
5. O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias (1999)
6. Gênero nas Políticas Públicas: Impasses, Desafios e Perspectivas para a Ação Feminista (2000)
7. Economia Feminista (2002)
8. A Produção do Viver: Ensaio de Economia Feminista (2003)
9. Desafios do Livre Mercado para o Feminismo (2005)

Série Saúde e Direitos Reprodutivos

1. Saúde das Trabalhadoras (1998)
2. Mulheres, Corpo e Saúde (2000)

SOF Sempreviva Organização Feminista

M843r Neoliberalismo, trabalho e democracia: trilhas feministas / Helena Zelic, Renata Moreno (Orgs). São Paulo: SOF, 2020. 76p. (Coleção Cadernos Sempreviva, v.18. Série Economia e Feminismo, nº7)

ISBN 978-65-87591-06-3

1. Neoliberalismo 2. Trabalho 3. Democracia
4. Feminismo I.Título

CDU – 396

cadernos *sempreviva*

———— **NEOLIBERALISMO,
TRABALHO E DEMOCRACIA**

Trilhas Feministas

Textos de CLARISSE GOULART PARADIS
FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO
MARIANA LACERDA
MARILANE TEIXEIRA
MIRIAM NOBRE
NALU FARIA
SARAH LUIZA DE SOUZA MOREIRA



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

SOE Sempreviva Organização Feminista

Diretoria

(Maio 2019 – Maio 2021)

Marilane Oliveira Teixeira

Presidente

Sonia Maria dos Santos

Vice-presidente

Maria Luiza da Costa

1ª Tesoureira

Vera Lúcia Ubaldino Machado

2ª Tesoureira

Maria Elizabeth Reis Simão

1ª Secretária

Selma Aparecida Gomes

2ª Secretária

Composição da equipe

Equipe Técnica

Nalu Faria

Coordenadora Geral

Miriam Nobre

Sonia Maria Coelho

Maria Fernanda Marcelino

Renata Moreno

Sheyla Saori

Helena Zelic

Gláucia Marques

Natália Lobo

Natália Blanco

Equipe Administrativa

Laís Sales Costa

Gerente Administrativa

Andréia Dias Pereira

Elaine da Silva Campos

Agda Cristiane Almeida Oliveira

Rua Ministro Costa e Silva, 36,

Pinheiros

CEP 05417-080

São Paulo / SP – Brasil

Tel/fax: (11) 3819 3876

sof@sof.org.br

www.sof.org.br

Edição

Capa e Diagramação:

Baderna | Bianca Buteikis

Revisão

Katharina Cotrim

Impressão

AR Fernandez Gráfica

Tiragem: 2.000 exemplares

Apoio

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG

RIO DE JANEIRO

Brasil



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Uso Não-Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil. Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este caderno, ou parte dele, desde que cite a fonte, não ganhe dinheiro com isso e distribua sua obra derivada sob a mesma licença.

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| <i>Apresentação</i> | 07 |
| Forjar economias de resistência antirracista <i>Miriam Nobre</i> | 13 |
| Neoliberalismo, conservadorismo e os ataques à democracia: um debate coletivo a partir do feminismo <i>Clarisse Goulart Paradis</i> | 17 |
| Colonialismo e neoliberalismo: pela construção de um feminismo antirracista e anticapitalista <i>Mariana Lacerda</i> | 23 |
| A mercantilização da comida e da vida pela lógica capitalista, racista e patriarcal <i>Franciléia Paula de Castro e Sarah Luiza de Souza Moreira</i> | 33 |
| O trabalho e as mulheres em tempos de neoliberalismo e crise <i>Marilane Teixeira</i> | 47 |
| As lutas feministas pela sustentabilidade da vida <i>Nalu Faria</i> | 61 |
| Sobre as autoras | 73 |
| A SOF | 75 |

APRESENTAÇÃO

Neste ano atípico e doloroso de 2020, a crise sistêmica que ataca a vida nos exigiu organizar, com urgência, respostas coletivas. Nos esforçamos para manter nossos vínculos e instrumentos para sustentar a vida e transformar o mundo. Também nos esforçamos para entender e elaborar conjuntamente quais são os desafios impostos pelo capitalismo e suas “inovações” que expandem seus conhecidos mecanismos de acumulação. Ao mesmo tempo em que fazemos a crítica, criamos (ou retomamos) caminhos a partir do feminismo antissistêmico. As lutas e práticas das mulheres são o caminho acertado para trilhar e buscar novos horizontes, mais justos, mais iguais.

É nesse contexto que lançamos não um, mas dois novos Cadernos Sempreviva: “Capitalismo digital, comunicação e construção de movimento” e “Neoliberalismo, trabalho e democracia”. Ambos levam o subtítulo trilhas feministas porque foram elaborados assim, em movimento. Um passo depois do outro, buscando entender o que nos rodeia, e todas no mesmo passo, para ninguém ficar para trás. Foi assim que fizemos duas sequências de Trilhas Feministas, processo de elaboração coletiva e formação virtual com companheiras da Marcha Mundial das Mulheres, em setembro e outubro de 2020. A maioria dos textos aqui reunidos são fruto da construção coletiva, sintetizando os insumos, provocações, perspectivas e experiências levadas ao debate por facilitadoras e participantes. Trilhas são veredas a serem percorridas, podem se bifurcar em muitas, levar a outros caminhos, manter em nós o movimento constante. E trilhas são, também, os rastros que os seres vivos deixam por onde passam. Assim são nossas trilhas feministas: mantêm o passo presente, apontam caminhos futuros e expõem a firmeza do que vem sendo consolidado em uma trajetória coletiva.

*

Ao longo de todos esses meses da pandemia, vivemos diferentes experiências – coletivas, individuais, políticas –, em um tempo que impôs pausas e, sobretudo, acelerações. Desde meados de março, algumas perspectivas se consolidam nas análises e práticas dos movimentos sociais. Algumas delas são: não faz sentido colocar em oposição a economia e a saúde/vida; a pandemia escancara e aprofunda as desigualdades que

estruturam as relações sociais; e a tarefa dos movimentos sociais é, também, cuidar da vida do povo, construindo condições para a resistência.

A casa, há tempos politizada pelo feminismo, se tornou um espaço indiscutivelmente central para a sustentabilidade da vida. E isso foi evidenciado no cotidiano das mulheres de intensificação do trabalho doméstico e de cuidado, como mostramos na pesquisa “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, realizada pela SOF e Gênero e Número.¹

A vida é sustentada por atividades e trabalhos realizados por muitas pessoas, em sua maioria negras. Essas pessoas assumem o peso de toda a infraestrutura que torna a vida possível em uma sociedade capitalista, racista e patriarcal. São as mulheres empregadas domésticas, é também um grande número de trabalhadoras e trabalhadores na portaria de prédios, serviços de limpeza urbana e segurança, além de centenas de milhares de jovens que, de bicicleta e motocicleta, atravessam a cidade diariamente, entregando alimentos e tudo mais que atualmente é pedido por aplicativos. A imbricação da divisão social, sexual e racial do trabalho delinea a informalidade e precariedade do trabalho e da vida e determina, por exemplo, quem pode e não pode ficar em casa no contexto da pandemia.

O que se tornou evidente durante a pandemia (o trabalho doméstico e de cuidado, as condições de sua realização, bem como nossa vulnerabilidade como seres humanos) corre o risco de ser novamente ocultado, em discursos e propostas conservadoras que separam economia e sociedade, produção e reprodução.

Os textos reunidos nesta publicação dialogam com esse cenário, recuperando acúmulos da nossa elaboração a partir da economia feminista, apresentando análises sobre dinâmicas de mercantilização e precarização aprofundadas pela pandemia, alinhavando sínteses do debate coletivo realizado na Trilha Feminista “*Neoliberalismo e ataques a democracia*”.

Os textos mostram que “recuperar a economia” não pode significar recuperar os índices de acumulação das grandes empresas. Deve indicar, isso sim, a aposta em uma economia regenerativa, na qual os processos que sustentam a vida, a biodiversidade, as comunidades e suas interdependências são cuidados e orientam as políticas.

¹ Os resultados da pesquisa podem ser acessados em: www.mulheresnapandemia.sof.org.br

Miriam Nobre abre este caderno com o texto “Forjar economias de resistência antirracista”, colocando os marcos da defesa dos territórios e dos modos de vida e das vidas negras, da construção permanente do comum e do comunitário como estratégia de sobrevivência, resistência e, ao mesmo tempo, horizonte para que a sustentabilidade da vida esteja no centro da organização econômica.

Em “Neoliberalismo, conservadorismo e os ataques à democracia: um debate coletivo desde o feminismo”, Clarisse Paradis reflete sobre as relações entre neoliberalismo, conservadorismo e autoritarismo. Essas relações são, por vezes, tidas como diferentes arenas de luta, o que dificulta uma leitura estrutural e a construção de unidade política. Economia, política e cotidiano se organizam em conjunto. Construir nossas práticas e propostas nessas fronteiras e relações, sem fragmentá-las, é um caminho para a construção de um feminismo antissistêmico, que dê conta de enfrentar o autoritarismo de mercado e construir caminhos para recuperar e radicalizar a democracia.

A perspectiva de não fragmentação das análises e lutas também se fortalece no texto de Mariana Lacerda, “Racismo e neoliberalismo: uma crítica feminista a partir da luta das mulheres negras”. A autora apresenta os elos entre colonialismo e neoliberalismo que permitem compreender o racismo hoje, trazendo para o centro do debate a organização do trabalho e a política de extermínio do povo negro. Essa compreensão se desdobra em desafios para o feminismo anticapitalista e antirracista, que passam pela recuperação das trajetórias e pelo fortalecimento das lutas das mulheres negras, na construção de propostas para reorganizar a economia enfrentando o racismo.

Seguindo o fio de compreender o aprofundamento das dinâmicas de desigualdades a partir da realidade das mulheres, Marilane Teixeira coloca as relações indissociáveis entre reprodução social e mercado de trabalho no centro da análise sobre as mudanças na organização do trabalho. Seu artigo “O trabalho e as mulheres em tempos de neoliberalismo e crise” recupera debates teóricos da economia feminista. Coloca-os em diálogo com os dados de trabalho e emprego, analisando as dinâmicas recentes de degradação das relações de emprego e a informalidade, e também evidenciando quem são as mulheres que estão fora da força de trabalho, e por que estão nessa situação.

Em seguida, o texto de Franciléia de Castro e Sarah Luiza Moreira traz a alimentação para o centro da nossa reflexão sobre o neoliberalismo. Em “A mercantilização da comida e da vida pela lógica capitalista, racista e

patriarcal”, as autoras apresentam e debatem a alta do preço dos alimentos, os ataques à produção da agricultura familiar e as medidas políticas do governo de Bolsonaro durante a pandemia que afetaram diretamente a segurança e soberania alimentar. Agroecologia e feminismo se entrelaçam nas lutas e caminhos construídos pela autonomia.

Alinhavando as reflexões e traçando os caminhos para a construção de propostas políticas que coloquem a sustentabilidade da vida no centro, o artigo de Nalu Faria, “As lutas feministas pela sustentabilidade da vida”, recupera nossas trajetórias de lutas e propostas feministas, e organiza os princípios da economia feminista como ferramenta de análise e luta por transformação. A vida só é possível porque é cuidada, uma vez que somos interdependentes e ecodpendentes. A partir desses princípios da economia feminista, a autora argumenta sobre a necessidade de ir além do reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado, apontando para sua reorganização. Esse processo passa necessariamente por mudanças profundas no modelo de (re)produção e consumo, nas formas de organizar a vida, a alimentação, o cuidado e a produção. São elementos que se articulam na agenda política, e que dependem da construção e fortalecimento de sujeitos políticos coletivos – feministas, antirracistas, populares – que sejam protagonistas das transformações.

Juntos, os artigos reunidos nesse caderno insistem na necessidade de enfrentar a emergência sem perder o horizonte de transformação. Nesse sentido, a desmercantilização se mostra central em nossa estratégia quando lutamos e propomos a disputa pelo sentido público do Estado, para aproximá-lo do comum e dos processos de autogestão com participação popular, para interromper e reverter as privatizações, para desnaturalizar o mercado e as empresas como as referências de organização da economia.

Aqui reside uma disputa central da economia feminista: além da casa (e da família), é preciso reorganizar territórios, comunidades e ampliar a responsabilidade pública e comum com a sustentabilidade da vida. Colocar o cuidado e a vida no centro da política é um eixo para construir o direito à cidade e superar as dicotomias entre público e privado. Isso se relaciona, ainda, com a importância da alimentação escolar e da alimentação saudável para a segurança e soberania alimentar, que não se concretiza apenas nas atitudes individuais, na limitada ideia de “escolha”. As políticas e serviços públicos, como creches, escolas e Centros Dia, são estratégicos para ampliar a responsabilização pública com a reprodução social.

Quais são as condições e possibilidades de ativar e construir espaços e infraestruturas coletivas de cuidado, que sustentem da vida em cenários de transição e construam, ao mesmo tempo, referências permanentes? A estratégia de autogestão e a economia solidária podem desempenhar um papel relevante. É importante que essas não sejam estratégias apenas diante da precariedade e da crise, mas que se tornem um compromisso político de organização da vida e, nesse processo, de reconstrução das formas de fazer política.

Transformar a economia a partir do feminismo caminha lado a lado com a recuperação e a radicalização da democracia. E marca as trilhas feministas que seguimos percorrendo.

AS SEMPREVIVAS

FORJAR ECONOMIAS DE RESISTÊNCIA ANTIRRACISTA¹

Miriam Nobre

Tereza de Benguela foi liderança do Quilombo de Quariterê, onde viveram pessoas negras e indígenas em Mato Grosso no século 18. A poeta Jarid Arraes, no livro *Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis*, conta a história do quilombo sob a liderança de Tereza: como se organizavam cooperando em coletivo, plantando e transformando os produtos para autoconsumo e comercialização, inventando dinâmicas políticas e de administração e resistindo inclusive de forma militar.

Jarid nos conta que *“com talento para forjar/ se botavam a fundir/ objetos muito úteis/ para a vida construir/ as algemas e outros ferros/ que serviam de prisão/ lá na forja transformavam/ para outra utilização/ e com muita habilidade/ tinham outra intenção”*.

A acumulação originária que impulsionou o capitalismo industrial nos países do norte se deu pelo saqueio da natureza (minerais, madeira), mas também pelo tráfico de pessoas raptadas e escravizadas. O capital acumulado no absurdo e lucrativo tráfico está ligado a bancos e casas financeiras que existem até hoje.

Outro aspecto é o modo de organização do trabalho e da economia de plantações das colônias. Um padrão é o trabalho até a exaustão, as pessoas trabalhadoras morrendo jovens e sendo substituídas por outras pessoas sequestradas. Ou seja, os custos de reprodução da força de trabalho são mínimos e a própria força e trabalho é um capital imobilizado que se reproduz. A reprodução biológica – a vida sexual e reprodutiva – de mulheres e homens negros escravizados é, sem nenhum disfarce, assunto econômico e de acumulação de capital.

Outro padrão é a servidão: pessoas sem desejos e vida própria a

¹ Texto publicado originalmente na Coluna Sempreviva, no Brasil de Fato, em 28/07/2020.

www.brasildefato.com.br/2020/07/28/forjar-economias-de-resistencia-antirracista

serviço de outras pessoas. Isso permite que uma classe de pessoas não se responsabilize por quase nenhum aspecto de sua reprodução enquanto pessoas e em gerações.

Para a elite servida, neste domínio da vida a incompetência é geral, lhes basta comer e dormir. As pessoas a seu serviço se encarregam de todo o resto: amamentam, garantem a comida desde o plantio, o preparo, até chegar à mesa e de seus resíduos, até o carregamento de excrementos em tempos sem saneamento básico, ou carregar liteiras para que não precisem andar.

A lista de serviços é enorme e poderia ser atualizada para os dias de hoje. Os padrões do trabalho à exaustão, de descartabilidade e de servidão continuam operando até hoje, como bem nos conta Grada Kilomba na obra *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*.

Estes padrões organizam subjetividades das pessoas negras, indígenas e brancas para assentar uma divisão racial do trabalho. A organização do trabalho separada e hierarquizada conforme a raça e a construção de subjetividades são processos concomitantes que se retroalimentam.

Sabemos que a docilidade construída ou imposta às mulheres como característica distintiva do feminino é instrumentalizada e dá suporte ao lugar das mulheres na divisão sexual do trabalho. Somos responsabilizadas pelo cuidado e, para isso, estamos permanentemente atentas ao outro.

A Sinhá Anastácia (nossa versão brasileira das *mammies*, imagem de controle discutida por Patrícia Hill Collins) tem muito a ver com a predominância das mulheres negras nas tarefas de cuidado, que são invisibilizadas e marcadas pela precariedade e desvalorização, ainda que essenciais à vida.

As divisões sexual e racial do trabalho vão se transformando ao longo do capitalismo. Achille Mbembe, em seu livro *O fardo da raça*, afirma que “negro já não é apenas o homem negro africano ou de origem africana, mas todos os que hoje formam uma humanidade excedente em relação à lógica econômica neoliberal” (apud Tvardoskas, 2019).

Também sabemos que na globalização neoliberal a tendência é feminizar, ou seja, expandir as características do trabalho de feminino – precariedade, descontinuidade, confinamento em determinadas funções – ao conjunto da força de trabalho, começando pelos trabalhadores imigrantes. A questão é como estas duas tendências se combinam? Como se entrecruzam nas vidas das mulheres negras trabalhadoras, sendo elas próprias entrecruzamento?

O que sabemos é que as práticas econômicas das mulheres negras são essenciais à manutenção da vida. Se elas são consideradas como excedentes na lógica neoliberal, são as próprias condições de reprodução da vida que são atacadas. E, se queremos expandir a vida como bem viver, é destas práticas que aprenderemos.

O fio da história se mantém nas caixas de auxílio mútuo das irmandades de Congada, de Moçambique. Beatriz Nascimento já puxou este fio percebendo organizações comunitárias e resistências negras onde existiram quilombos (Ratts, 2006). Ela traça a continuidade entre sistemas de organização política e econômica na África, sistemas paralelos às institucionalidades coloniais e até o presente como mística que alimenta sonhos de liberdade.

Entendo que companheiras quilombolas se preocupem quando nós, da cidade, projetamos tantas vontades na palavra-horizonte quilombo. Entendo que elas temam que perca importância os desafios dos quilombos que aí estão em grande enfrentamento para serem reconhecidos, ter suas terras tituladas e sob seu manejo integralmente, inclusive com práticas tradicionais como as roças de coivara, hoje muitas vezes criminalizadas.

Conflitos agrários e ambientais colocam as comunidades frente a fazendeiros, corporações transnacionais e ao Estado. As comunidades quilombolas não separam essas lutas do resgate e valorização da memória, das formas de falar, das festas.

São lutas que articulam a identidade cultural, as práticas econômicas e políticas e que reconstróem permanentemente o comunitário. Um comum que resgata e transforma a cada uma e ao coletivo integrados em um mesmo processo.

Com este alerta e firmes na solidariedade, pedimos licença a nossas companheiras para seguir o convite de Conceição Evaristo de instaurar o tempo de nos aquilombar.² Armando quilombos não só como sistemas paralelos, mas como sistemas que nos dão força para desmontar todas as opressões.

Se o racismo é constitutivo do capitalismo, então desmontar

² O texto está disponível neste link: www.oglobo.globo.com/cultura/em-textos-ineditos-escretores-expressam-desejos-para-2020-1-24165702.

a hegemonia política, cultural e econômica do capitalismo passa necessariamente por confrontar o racismo. Esta percepção traduzida na conjuntura nos diz que, sendo nossa urgência colocar Fora Bolsonaro, então desmontar o poder que o sustenta passa necessariamente por confrontar as milícias e polícias racistas e genocidas que o amparam. A luta por justiça para cada uma das pessoas assassinadas e violentadas por eles, por vezes, nos dá a sensação de mobilizar uma enorme energia para lhes atirar uma pedrinha. Mas pedrinhas no lugar certo param moendas.

Referências bibliográficas

ARRAES, Jarid. *Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis*. São Paulo: Pólen, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Kuanza; Imprensa Oficial, 2006.

TAVARDOSKAS, Luana. *A crítica à governamentalidade neoliberal na arte feminista contemporânea*. In: Rago, Margareth; Pelegrini, Mauricio (Orgs). **Neoliberalismo, feminismo e contracondutas: perspectivas foucaultianas**. São Paulo: Intermeios, 2019.

NEOLIBERALISMO, CONSERVADORISMO E OS ATAQUES À DEMOCRACIA: UM DEBATE COLETIVO A PARTIR DO FEMINISMO

Clarisse Goulart Paradis

Este breve texto é fruto de uma reflexão coletiva. A partir da pedagogia feminista, resgata os desafios do nosso tempo e aproveita a diversidade de experiências para conectar nossas visões, nossos sentimentos e a realidade concreta das nossas vidas. Assim, a tarefa que me cabe é a de buscar algumas sistematizações e alinhar alguns dos nossos retalhos, contribuindo para a produção de lutas políticas conectadas com as moções de liberdade e igualdade que movem todas nós.

O intuito do encontro na Trilha Feminista era refletir, especificamente, sobre a relação entre neoliberalismo, conservadorismo e autoritarismo. Como já é agora mais costumeiro a nós, o encontro aconteceu no ambiente virtual, com a utilização de um *software* livre que permitiu que nos víssemos e ouvíssemos. A partir dessa tecnologia compartilhada, foi possível, de algum modo, transpassar algumas das distâncias e restrições do momento, ainda que restasse a enorme saudade das boas energias que nos cercam quando estamos juntas no mesmo espaço físico.

Algumas perguntas orientaram a trilha do nosso debate: como o neoliberalismo e o conservadorismo se materializam nas nossas comunidades? Como os discursos conservadores estão alinhados com os discursos neoliberais no Brasil? Como este momento dramático impõe desafios para nossa organização política, e como superá-los? Que formas de ação e luta coletiva as mulheres têm elaborado para combater essas lógicas tão perversas?

Muitas contribuições foram dadas sobre as dimensões da articulação entre neoliberalismo e conservadorismo, e gostaria de recuperar algumas delas. O ponto de partida foi a forma como nós, na Marcha Mundial das Mulheres, temos construído uma visão sistêmica sobre a crise do capitalismo e, nesse sentido, o neoliberalismo e o conservadorismo são parte intrínseca dessa crise geral e global.

Durante a vivência da pandemia, essa crise parece ter ganhado alguns elementos ou escancarado processos que, porventura, não estavam tão visíveis na opinião pública. As contradições entre, por exemplo, economia e política, ficaram nos holofotes. Também foi possível perceber como o momento explicitou, ainda mais, as hierarquias no mundo do trabalho, no mundo da família, as hierarquias entre as mulheres, as hierarquias raciais.

Nesse último período, os processos de recrudescimento do neoliberalismo e do conservadorismo também se tornaram mais nítidos, sustentando os modos de avanço do capitalismo. Compreendendo esses dois processos como não apartados, há dois casos especialmente emblemáticos que nos trouxeram elementos para pensar esse entroncamento.

O primeiro deles foi o forte embate dos setores conservadores, principalmente nos estados e municípios, ao refutarem planos de educação com base na pretensa resistência ao que esses setores chamam de “ideologia de gênero”. Essa agenda foi, posteriormente, fundamental para a eleição do Bolsonaro e de uma banca nociva no legislativo e tem sido importante para legitimar algumas propostas políticas levantadas na cena pública (por exemplo, a educação domiciliar).

Também resgatamos a cruel tentativa de setores do Estado, da Igreja e dos partidos e movimentos conservadores de coibir os mais básicos direitos de uma criança violentada sexualmente, ao impedir a interrupção da gravidez que foi resultado desse crime. O caso remete às cruzadas que vivemos em torno dos direitos sexuais e reprodutivos e ao ataque à autonomia sobre os corpos de meninas e mulheres. Ambos os casos reforçam um processo de cristianização da esfera pública.

Não é por acaso que esses enfrentamentos acontecem justamente no escopo das políticas de educação e de saúde. São políticas muito simbólicas. Esses setores perversos não só querem se apropriar dos nossos corpos e constituir formas de controle sobre as nossas vidas e nossos imaginários, como também têm um forte objetivo de dismantelar o Estado e as políticas de saúde e educação

Há retirada de financiamento, criam-se processos de desmonte, de privatização do Estado e, ao mesmo tempo, a agenda conservadora se empenha em minar a legitimidade do Estado. Uma legitimidade que possibilita a construção da democracia, entendida aqui também como espaço coletivo calcado nos direitos de cidadania, que permite a construção de serviços públicos que respondam às necessidades coletivas.

Se a escola não é mais a instância legítima para criar processos democráticos de aprendizagem e de formação cidadã das crianças e adolescentes, então o Estado democrático também não seria mais legítimo para criar nenhum tipo de política que organiza a nossa vida social. Assim, no quadro desenhado por essa coalizão neoliberal e conservadora, as pessoas não precisam mais do Estado para ter acesso à educação, e a escola deixa de ter como tarefa a construção do pensamento crítico e dos valores democráticos, passando a ser entendida como uma instituição que serve para gerar meros conhecimentos instrumentais. Nesses termos, a saúde também já não é legítima, tanto pelo sucateamento decorrente da retirada de financiamento pelo Estado e pelo avanço dos processos de privatização, como também pelo avanço das políticas conservadoras que se organizam por valores religiosos, em vez de pelo parâmetro do valor da vida de todas as pessoas.

O papel da família nesse processo também foi especialmente acentuado em nosso debate. Se o Estado deixa de ser legítimo no fornecimento de políticas e serviços públicos, e se a política deixa de ser esse espaço em que se constroem entendimentos que vão dar conta das múltiplas dimensões da vida coletiva, então essas funções são cada vez mais privatizadas no interior das famílias. Não é à toa que vemos, nesses discursos conservadores, o papel da família e o papel das mulheres dentro dela, afinal as lealdades e unidades produzidas na esfera familiar contribuem para privatizar os processos de cuidado e de trabalho doméstico, garantindo também a fragmentação e individualização em detrimento dos pactos societários, públicos e comunitários, que construímos para além do privado.

Se o espaço público/social é onde exercemos a nossa sociabilidade, a prática da solidariedade e os nossos debates políticos, a deslegitimação desses espaços contribui para estimular o individualismo. Assim, a família vai cumprindo o papel de enraizar o conservadorismo, a lógica da mercantilização, baseando-se na ideia de que a satisfação da nossa vida está apenas no consumo e na vida privada.

Em contraposição, a prática do feminismo já nos mostrou o quanto a família também pode ser um espaço de violência, de trabalho árduo, ou mesmo que essa esfera não dá conta de suprir toda as formas de socialização que precisamos para construir o bem viver.

A violência aparece como um outro elemento importante. Se refletirmos, por exemplo, sobre a proposta de liberalização do porte de armas, vemos que isso também faz parte da deslegitimação do Estado e da

ideia de cidadania. Em um cenário em que a política de segurança pública é uma tragédia racista, classista e patriarcal no Brasil, a proposta neoliberal e conservadora de liberalização das armas se distancia ainda mais de uma visão coletiva de segurança pública cidadã e eleva a família à unidade própria do cuidado, educação e defesa das pessoas.

De uma maneira geral, o que o debate nos revela é que a aliança entre neoliberalismo e conservadorismo constrói as bases para atacar os serviços públicos e os bens comuns, fazendo-o a partir do ataque à democracia e às formas coletivas de luta política.

É uma aliança que se propaga, também, a partir da defesa da liberdade individual. Em várias partes do mundo, assistimos a protestos em torno da “liberdade” de não usar máscaras como medida de prevenção à proliferação da Covid-19 e, no Brasil, assistimos ao debate sobre o “direito” de se recusar a tomar a possível vacina contra o coronavírus.

A defesa da liberdade individual foi identificada em nosso debate como meio de estímulo do individualismo, que por sua vez é entendido como um mecanismo que também contribui para minar e deslegitimar os processos democráticos e de organização coletiva sobre direitos e bens públicos. Assim, por essa via, as ações individuais são estimuladas, mesmo quando ferem um bem maior, que envolve o bem-estar da coletividade.

Ainda nesse quadro geral de articulação entre neoliberalismo e conservadorismo, debatemos como ela se expressa no momento das eleições municipais. Refletimos sobre como Bolsonaro cria as suas influências em nível estadual e municipal, isto é, o Bolsonaro e sua lógica autoritária, militarista e religiosa contaminam as instituições políticas em vários níveis a ponto de, por exemplo, impactar os imaginários dos programas políticos nas eleições.

Durante o período da pandemia, também identificamos ataques à soberania alimentar. A disputa sobre a comida passa pelas tentativas de tratá-la como uma mercadoria. Um exemplo concreto foi como, durante a pandemia, a alimentação escolar foi substituída, por muitos governos, por vale alimentação ou cestas básicas, reforçando justamente as grandes redes de supermercado. A falta de conexão entre o enfrentamento da Covid-19 e a garantia de produção e consumo de alimentos saudáveis e produzidos pela agricultura familiar permeou as saídas dos governos para a crise atual. O que demonstra que, em muitos casos, mesmo entre os governos de oposição ao bolsonarismo, o imaginário de respostas para a crise do

coronavírus está longe de combater a mercantilização das esferas do bem viver.

Qualificando esse quadro, identificamos um aspecto das contradições que vivenciamos nesse período que gera um profundo estranhamento. De um lado, enxergamos o fascismo avançando nas nossas cidades, o militarismo se legitimando como valor e prática nas esferas sociais e políticas; ao mesmo tempo, também enxergamos profundos avanços em nossos debates, com pessoas se identificando abertamente com o feminismo, com o repúdio à desigualdade racial se tornando mais fortalecido, com os protestos contra a violência policial ganhando relevo. A todo momento vemos, na televisão, nas redes sociais e nos espaços por onde circulamos, uma maior politização dessas questões, o que aparenta uma certa contradição, um estranhamento, entre os avanços dessas pautas e, ao mesmo tempo, uma onda mais perversa da política bolsonarista.

Essa contradição nos estimula a pensar em saídas que passam, também, por fazer leituras que não são fragmentadas, leituras que levem em consideração o sistema, as nossas várias dimensões da vida e como elas se relacionam. Sabemos que o neoliberalismo cria uma lógica de tornar tudo mercadoria e quer nos vender até as nossas lutas, as pautas que devemos defender.

Às vezes temos a impressão que a oferta de referências é disposta como em um supermercado: escolhemos um livro que nos dará uma dimensão sobre a maternidade, outro sobre a luta do campo, em outro momento acessamos uma referência sobre igualdade racial. Se não conectamos essas leituras, por vezes avançamos em um tema e nos descolamos do outro. E como o Estado dá com uma mão e tira com a outra, acabamos tendo dificuldades em fazer frente ao processo geral de captura capitalista.

Portanto, a partir da nossa visão de como a economia e a política são processos profundamente organizados em conjunto, compreendemos que a luta do campo e a luta da cidade são lutas conectadas, e que a luta sobre o nosso corpo se materializa na luta contra o racismo, na defesa do nosso território, na luta pelas sementes, pelos direitos políticos, pela nossa liberdade de construir processos democráticos, com a nossa visão da economia feminista, da economia solidária, da agroecologia. Essas questões são muito importantes para pensar as saídas.

E, no campo das ideias sobre as saídas, reconhecemos que ao mesmo tempo que essa pandemia torna todas essas contradições muito visíveis, também vai mostrando a necessidade de defendermos os territórios,

defender a vida coletiva, defender uma visão de democracia ampla. Essas questões se materializam nos vários casos compartilhados no debate – campanhas, processos de lutas, formas de autogestão, alternativas para autonomia econômica das mulheres nesse momento. A partir dessas ricas experiências, percebemos que temos o desafio de politizar essas ações e torná-las parte dessa visão que temos do todo, para que elas não sejam fragmentadas ou cooptadas.

As experiências de organização coletiva que vivenciamos durante a pandemia precisam, portanto, nos dar sentido para pensar o papel dos alimentos saudáveis, a relação entre produção, consumo e autonomia das pessoas do campo, da defesa da nossa visão da democracia. Precisam contribuir para politizar a nossa existência na família e além dela, e, assim, constituir e fortalecer cada vez mais uma luta política que perpassa os vários territórios e condições para que possamos construir outras sementes de mundo.

COLONIALISMO E NEOLIBERALISMO: PELA CONSTRUÇÃO DE UM FEMINISMO ANTIRRACISTA E ANTICAPITALISTA

Mariana Lacerda

Vivemos um momento de muita efervescência da luta política racial, de enfrentamento da ofensiva da direita e do racismo. Nossos espaços de encontro e de reflexão feminista são importantes para apontar qual é o mundo que queremos construir, e quais são as lutas que precisamos construir para enfrentar o racismo imbricado às relações de classe e gênero. É um desafio fazer essas conexões e colocá-las de modo que seja possível pensar nossas trajetórias e o agora.

Este texto reúne reflexões sobre as bases do neoliberalismo e como ele se entrecruza com o racismo. Não temos como entender o racismo sem compreender o processo de colonização e o colonialismo presente até hoje nas nossas vidas. Também é preciso refletir sobre a dimensão racial na organização do trabalho, avançando em uma perspectiva antirracista para uma elaboração de economia feminista, articulada aos nossos desafios na construção de movimento. São esses os eixos deste texto, que se propõe a fazer uma síntese das reflexões de dois espaços coletivos de reflexão feminista realizados nos últimos meses.¹

1 O primeiro espaço foi o debate “Reorganizar a economia enfrentando o racismo”, e o segundo, a oficina “Neoliberalismo e racismo”, que fez parte da Trilha Feminista, organizada pela SOF e pela Marcha Mundial das Mulheres. Ambos foram realizados online, respectivamente em julho e outubro de 2020.

Crises, colonialismo e neoliberalismo

Pensar sobre as crises do capitalismo nos ajuda a refletir sobre o momento atual. As respostas do capital às suas crises passam por uma reorganização que não visa uma superação desse modelo, mas adequações para, inclusive, superexplorar ainda mais trabalhadoras e trabalhadores. A grande crise vivida no período que foi chamado por Eric Hobsbawn (2011) de Era dos Impérios – 1875 a 1914 – teve como resposta a Primeira Guerra Mundial e o fenômeno do colonialismo. É do colonialismo que surge a noção de raça, ideologia constituída a partir da diferenciação entre superiores e inferiores, entre europeus e não europeus. Essa ideia de raça surge para justificar mais exploração, a escravização dos povos e a expansão do capital sobre os territórios. Ela é parte do processo de dominação imperialista.

Aimé Césaire, no texto intitulado “Discurso sobre o Colonialismo” (1978), questiona quais são os valores do colonialismo. Ou seja, o que o colonialismo apresenta para o conjunto da sociedade? Partindo das reflexões críticas desse autor, podemos fazer um primeiro paralelo em relação ao neoliberalismo. Quando o colonialismo surge, ele se apresenta como moderno, progressista e avançado. Mas quando olhamos para o que é realmente o colonialismo, percebemos que os seus valores são valores de dominação e destruição, valores de segregação. Não há nada de moderno e avançando no colonialismo. Da mesma forma, o neoliberalismo é colocado como um processo de desenvolvimento do modelo econômico. Mas se refletirmos sobre seus valores e os compararmos com os valores do colonialismo, veremos que a matriz deles é muito parecida: de exploração, exclusão e segregação de pessoas, de sujeitos e territórios. Há um paralelo entre o “moderno” do neoliberalismo e o “moderno” do colonialismo.

Trabalho e violência no neoliberalismo racista

O Brasil recente foi forjado no mito e na falácia da democracia racial. Há uma complexidade de estruturas e relações sociais que operam para negar a existência do racismo na sociedade brasileira. A abolição da escravidão e a construção da República não inseriram essa grande parcela da população que foi fundamental para a construção e o desenvolvimento do Brasil. Ciência, literatura, governo e um conjunto de medidas muito complexas se articulam para negar o racismo e as suas consequências. O racismo é velado e também é explícito.

O neoliberalismo implementa um estado permanente de exceção, que define quem vive e quem morre. Precisamos falar mais sobre isso e evidenciar mais os mecanismos da necropolítica, esse estado permanente de genocídio que a população negra enfrenta e que é organizado por diversas esferas. Uma política permanente de encarceramento e extermínio, de divisão racial do trabalho, de lapidação das nossas subjetividades enquanto mulheres e homens negros, de interdição dos nossos desejos e das nossas afetividades. Tudo isso é moldado pelo colonialismo e usado pelo neoliberalismo e pelo capitalismo. A morte supera a vida para que esse modelo econômico possa existir, o que é uma demonstração nítida da relação entre racismo e neoliberalismo.

O racismo se organiza na esfera do trabalho pela divisão internacional, racial e sexual do trabalho, em que as mulheres são colocadas nas tarefas de reprodução. As mulheres negras cumprem os serviços de limpeza e cuidado, e os homens negros, os serviços de segurança e vigilância, também parte dessa divisão. Essas formas de divisão social do trabalho precarizam as nossas vidas, a vida das mulheres e da população negra, usurpando o produto do nosso trabalho.

O racismo se estrutura pela retirada de direitos de uma população e elevação dos direitos e privilégios de outra, colocando

uma parcela da população a serviço da outra. Isso faz parte dos mecanismos de dominação que alimentam o neoliberalismo. O que não quer dizer que nessa sociedade não haja pessoas brancas em condições de vida muito precárias.

Mas é fundamental entender como as relações sociais de gênero, raça e classe são imbricadas. O marco dos direitos trabalhistas no Brasil, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é de 1940, décadas distantes do processo de abolição da escravatura. Portanto a base de produção e reprodução da mão de obra negra se perpetuou, sem nenhum direito ou regulamentação. O trabalho se estrutura em uma relação racial; o trabalho doméstico, os trabalhos informais, a *uberização* e toda a precarização do trabalho se estendem para mais parcelas da classe trabalhadora, mas é especialmente essa a referência para o trabalho das pessoas negras, das mulheres negras. Ou seja, raça e gênero também constroem classe. Para compreender essa dinâmica, precisamos necessariamente retomar a centralidade do trabalho que o neoliberalismo insiste em negar e ocultar.

O racismo se organiza em várias dimensões e, especialmente no Brasil, é preciso compreender a política de morte e extermínio da juventude negra não como algo externo ao neoliberalismo, mas como parte de suas engrenagens. A juventude negra é exterminada pela polícia, pelo tráfico, pela violência racista espalhada na sociedade – em supermercados, nas ruas. Também é muito grande a quantidade de pessoas, sobretudo negras, que estão encarceradas à espera de julgamento, em um sistema de justiça seletivo e racista.

Está em curso, portanto, um projeto de morte, integrado à agenda econômica de privatização e aos desmontes do governo Bolsonaro. Vivemos e enfrentamos, do início da década de 2010 até hoje, os efeitos e reações da crise do capitalismo neoliberal. Vemos o crescimento dos processos migratórios, o crescimento de movimentos de extrema-direita e suas forças chegando ao poder – por meio de golpes ou de voto –, o crescimento do encarceramento

e do extermínio, do genocídio da população negra. É preciso entender todos esses fenômenos em conexão com a crise e com as respostas do neoliberalismo, em âmbito nacional e internacional, para reforçar os mecanismos de acumulação capitalista, que, como discutimos na Marcha Mundial das Mulheres (MMM, 2015), são processos de permanente expansão sobre nossos corpos, territórios e trabalhos, usando a violência e a militarização como instrumentos.

Neoliberalismo “progressista” e capitalização de sujeitos

Mesmo que alguns atores do neoliberalismo, como as empresas transnacionais, apresentem uma “aparência” mais palatável, uma “roupagem” social e inclusiva, seu programa é completamente predatório. Para pensar nas bases do que Nancy Fraser (2018) chama de neoliberalismo progressista, é preciso fazer a conexão com o colonialismo, que moldou culturas, subjetividades, simbologias e representações.

Vemos, hoje, o neoliberalismo incorporar parte do discurso feminista e do discurso racial. Ele também tem incorporado parte do discurso da identidade e da afirmação da livre orientação sexual. O mercado incorpora elementos dos nossos discursos, mas mantém uma estrutura de dominação e de acumulação capitalista, ou seja, é um processo de captura e capitalização. É preciso que estejamos atentas, porque isso tem a ver com as saídas que o mercado apresenta para a crise, buscando se reorganizar.

O racismo também se organiza na esfera da afetividade. Quando nossa identidade é lapidada e destruída, precisamos encontrar formas de reconstruí-la. Para nós, o desafio que se coloca é a recuperação da nossa identidade coletiva – que tem sido usurpada desde o processo de colonização – sem que essa reconstrução seja capitaneada pelo mercado. Ou seja, devemos reconstruir nossa identidade coletiva de forma articulada com a desmercantilização.

Desafios para o feminismo antirracista e anticapitalista

É preciso continuar refletindo e criando estratégias para dismantlar as estruturas desse capitalismo racista e patriarcal. Expor a dimensão de que o neoliberalismo é uma expressão do colonialismo pode nos ajudar. Proponho, como exercício coletivo, pensarmos quais são as alternativas que temos construído para enfrentar o colonialismo em todas as suas expressões. Acredito que isso nos dê mais pistas de como enfrentar as capturas do neoliberalismo progressista.

Como recuperar uma perspectiva da nossa representação simbólica sem cair nas maquiagens e armadilhas do neoliberalismo? Como fazer isso sem negar a importância da representatividade para nós, negras e negros? A representatividade é fundamental para combater o racismo, mas precisa estar vinculada à nossa identidade coletiva e popular. Nossa perspectiva de raça não é construída de maneira apenas individual, muito menos pautada pelos referenciais do mercado. Isso é parte do que faz nosso projeto ser incompatível com o neoliberalismo. Nossa identidade coletiva, racial e popular é construída como na reflexão de Miriam Nobre em um vídeo da nossa trilha feminista: nos territórios, nas nossas comunidades, nos quilombos e nos nossos modos de vida em comum.

Nos territórios, as mulheres estão sempre à frente das lutas e dos cotidianos. A resistência quilombola é uma referência fundamental para a luta antirracista, assim como o cotidiano de resistência das mulheres negras nas periferias dos grandes centros urbanos. É por esse caminho que conseguimos construir nossas lutas, a partir de questões concretas e cotidianas de enfrentamento ao neoliberalismo racista. Hoje, uma pauta muito concreta das mulheres negras é o extermínio da juventude negra: porque são delas os filhos, sobrinhos e famílias destruídos por essa violência. Quem está na linha de frente do movimento de mães? São mulheres negras.

Quem está na linha de frente dos movimentos contra o cárcere? São mulheres negras. Isso aponta uma direção para construir mais alianças e reforçar o movimento negro.

Escutamos em muitos debates que, hoje, no Brasil, não é possível pensar o feminismo sem visibilizar a força e a expressão das mulheres negras. Isso é possível porque, ao longo de muitos anos, o feminismo construiu metodologias, processos de formação e de luta capazes de construir síntese com a luta política das mulheres negras. E, como mulheres negras, *apostamos na construção do feminismo*. Assim como as mulheres rurais, as mulheres quilombolas, as mulheres indígenas, as mulheres LBT, o conjunto de mulheres trabalhadoras, a diversidade de mulheres em movimento. Precisamos olhar um pouco mais para isso: como chegamos até aqui? Nesse processo de construção, nossa auto-organização como mulheres em movimento é fundamental, assim como nossa auto-organização como mulheres negras. Por meio desses processos, que vêm de longe, e olhando para nossos caminhos e métodos, foi possível avançar na construção de síntese: de pautas, métodos e estéticas. Nossa estética é política.

Em meio a tantos debates sobre feminismo, nosso processo de construção da Marcha Mundial das Mulheres se destaca porque viemos de muitas fontes, referências e processos. Nosso feminismo é construído passo a passo a partir do que somos, e nessa construção cabem novas experiências, cabe questionar experiências. Até porque somos um movimento feminista internacional, com mulheres da África, América Latina e de outras regiões e países do mundo, com quem aprendemos e construímos juntas.

Nossas experiências coletivas nos ajudam a dar novos passos, porque estão enraizadas em processos firmes. São passos que damos juntas, com todas as que desmantelam as estruturas, passos que significam uma organização coletiva, com um horizonte comum. Como dizemos em nosso lema: “até que todas sejamos livres”.

Reorganizar a economia enfrentando o racismo

Na MMM, partimos da compreensão de que a economia está relacionada com os nossos modos de vida, nossos valores, nossa ideologia e com a forma de organização do Estado. Então, para nós, a economia não é algo meramente financeiro, mas é um conjunto de processos que organizam e sustentam a vida.

Precisamos reconhecer, difundir e nos referenciar nas práticas e nas outras maneiras pelas quais temos construído a vida em comum: na economia feminista, na economia do negro, na economia solidária. São práticas diversas, capazes de construir alternativas e que têm, em si, formas de sociabilidade e de saberes. São práticas diversas de relação com a natureza, práticas de sobrevivência, práticas de solidariedade. São formas de sujeitos pautados em outros valores organizarem a vida, formas que perduraram durante muito tempo graças à resistência presente nos territórios, como nos quilombos. Não podemos considerar as experiências concretas de alternativas e de transformação como distantes de nós, porque essas experiências já existem. Elas não são apenas possíveis, mas fundamentais para a nossa luta que visa derrubar esses governos responsáveis por implementar a necropolítica e o extermínio da nossa população, como é o caso do governo Bolsonaro.

Para combater o racismo, precisamos estar mais organizadas e compreender que a raça e o racismo foram criados e construídos em processos de dominação de povos e territórios. Não é possível pensar na superação desse modelo de economia sem pensar na superação do racismo; da mesma forma como não é possível pensar na superação do racismo sem pensar em outra economia. São agendas que andam juntas, e não há como desassociar uma coisa da outra. Para reorganizar a economia, precisamos de uma agenda para romper com o racismo.

Gosto muito de lembrar de um poema da Conceição Evaristo:

Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer. Nós combinamos de viver ali, na solidariedade, no cotidiano, na sobrevivência das comunidades há séculos em resistência. Nós combinamos de viver com as nossas irmãs; nós temos combinado com as nossas vizinhas; estamos combinando, por meio da solidariedade, de não morrer. A vida das mulheres negras nas periferias do Brasil só é garantida porque a solidariedade é a base das nossas relações de resistência e existência. Então, olhando para essas experiências, para o que essas mulheres têm feito para sobreviver hoje e agora, encontraremos os caminhos para reorganizar a economia.

Seguiremos em marcha, vivas, até que todas sejamos livres!

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

FRASER, Nancy. *Do neoliberalismo progressista a Trump – e além*. Política & Sociedade, Vol. 17, n.40, pp. 43-64, set./dez. 2018.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MMM Marcha Mundial das Mulheres. *Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*. São Paulo: SOF, 2015.

A MERCANTILIZAÇÃO DA COMIDA E DA VIDA PELA LÓGICA CAPITALISTA, RACISTA E PATRIARCAL

Franciléia Paula de Castro e Sarah Luiza de Souza Moreira

Contexto

Estamos vivendo em um contexto internacional de profunda crise societária, marcada por uma diversidade de dimensões (social, econômica, política, ecológica e sanitária). Vivendo em uma sociedade global de risco, em que as fronteiras desapareceram e todos os países estão conectados, como afirma Beck (2002; 2018). É uma realidade marcada, que mostra de forma ainda mais explícita como a estrutura capitalista, patriarcal e racista da sociedade se expressa na vida cotidiana, especialmente na vida das mulheres.

Nesse contexto de crise, o que se vê é um processo de readaptação da estrutura capitalista, especialmente através do fortalecimento da lógica neoliberal, que busca novas formas de apropriação e mercantilização tanto da natureza quanto da vida e do corpo das mulheres e das populações negras. Internacionalmente, também se percebe um aumento do conservadorismo, como uma maneira das diferentes formas de opressão, discriminação e violência possibilitarem a manutenção e o aumento do lucro das grandes empresas transnacionais.

Ao mesmo tempo, como ressalta Fraser (2020), o que se vive hoje é uma crise não apenas da produção, mas da reprodução social e, conseqüentemente, uma crise dos cuidados que é “uma expressão mais ou menos aguda das contradições socio-reprodutivas do capitalismo financeirizado” (FRASER, 2020). Ela reafirma, ainda, que a acumulação e os processos de reprodução social que a sustentam estão desestabilizados, e que “essa contradição socio-reprodutiva do capitalismo está na raiz da chamada crise do cuidado” (FRASER, 2020).

No Brasil, com a pandemia da covid-19, o que se vivencia é o aprofundamento das desigualdades sociais, raciais e de gênero estruturantes

– expressas pela ausência completa do Estado na garantia dos serviços básicos de saúde, educação, saneamento, moradia e proteção social –, que acarreta um maior número de mortes entre as populações negras, pobres e de povos e comunidades tradicionais (ROMANO *et al.*, 2020b).

Vê-se, ainda, qual é a prioridade do sistema capitalista por meio dos direcionamentos políticos que priorizam a volta ao trabalho e a retomada das atividades econômicas, em detrimento do fim de medidas restritivas de quarentena horizontal e isolamento social rígido, adotadas em vez de medidas mais preventivas, cautelosas que “privilegiem o cuidado da saúde e a sustentabilidade da vida (...) como melhor forma de garantir a vida” (ROMANO *et al.*, 2020a). Mesmo quando, o que ainda se vê, é um grande número de pessoas infectadas e indo a óbito em decorrência da pandemia.

Na medida em que o governo federal se ausenta da coordenação de políticas para o enfrentamento do vírus, especificamente nas de proteção das populações mais vulneráveis, os governos estaduais, municipais e a sociedade civil têm se organizado, por exemplo, para dar respostas às necessidades imediatas por alimentos, produtos de limpeza e informações, contribuindo para salvar vidas através de ações de solidariedade (CASTRO, 2020), se podemos assim definir, como cuidado coletivo.

Em um momento de isolamento social, que dificultou processos de deslocamento e comercialização, fica marcado o que é de fato essencial à vida, como a alimentação, as relações de cuidado e a sustentabilidade da vida, a saúde do corpo e da mente. Ao mesmo tempo, as mulheres seguem cada dia mais exploradas por uma divisão sexual do trabalho que as responsabiliza pela produção e gestão dos alimentos nas famílias, assim como pelo trabalho doméstico e de cuidados.

Comida como mercadoria

A garantia do direito humano à alimentação saudável e adequada passa pela necessidade da reorganização dos sistemas alimentares e pelo rompimento de imposições e interesses exclusivamente econômicos, pautados em sistemas centrados no *negócio da comida* e não no alimento.

Com os sistemas agrícolas controlados por empresas transnacionais, as agricultoras e agricultores (que são quem de fato produzem a maior parte dos alimentos no mundo) não possuem autonomia sobre as espécies de alimentos que serão cultivadas e consumidas. Sendo assim,

são as corporações e multinacionais que definem o que, como e quando iremos comer. Todo esse processo ainda gera uma padronização do gosto, restringindo a diversidade de alimentos e a qualidade do que comemos.

Não existe soberania alimentar nesse contexto, visto que a população, especialmente a mais pobre, a população negra, as mulheres e as crianças, não tem acesso aos alimentos em quantidade e qualidade necessárias, geralmente desconhecendo a origem e a forma como essa comida é produzida.

Entendemos aqui a soberania alimentar como “(...) um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo” (VIA CAMPESINA INTERNACIONAL, 2018), conforme a Declaração de Nyélény, apresentada ao final do Fórum Mundial da Soberania Alimentar, um encontro organizado por movimentos sociais como a Via Campesina e a Marcha Mundial das Mulheres, em 2006 no Mali.

A contaminação por agrotóxicos, a concentração de terras, a dependência de insumos químicos e petróleo na agricultura, os preços dos alimentos e os canais de comercialização centralizados caracterizam um cenário preocupante dos sistemas alimentares no Brasil.

Com base em dados analisados no Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Dossiê Abrasco (CARNEIRO *et al.*, 2015) faz um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde, afirmando que 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos. Os agrotóxicos colocam em risco a saúde da população, considerando diversos resultados científicos de pesquisas que relacionam a exposição a agrotóxicos ao desenvolvimento de doenças crônicas: hepáticas, hormonais, neurológicas e até câncer (CARNEIRO *et al.*, 2015; INCA, 2015). Estudos mostram que até o leite materno, principal alimento das crianças recém-nascidas, apresentou resíduos de agrotóxicos em Mato Grosso, região de expansão do agronegócio.

Sendo o Brasil um país marcado por desigualdades sociais históricas, outro fator que compromete a soberania alimentar e o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis é a falta do acesso à terra e ao território, ou seja, grande parcela da população não tem onde produzir seu próprio alimento e sofre ameaças constantes de expulsão dos seus territórios ou se vê cercada pelo agronegócio, pela mineração e pelo hidronegócio, especialmente as áreas quilombolas, indígenas, dos povos e comunidades tradicionais.

Atualmente, o Brasil está entre os países com as maiores concentrações de terras do mundo. 73% da área agrícola do Brasil é ocupada por 10% de grandes imóveis rurais. Os 90% restantes, que são imóveis menores, ocupam apenas 27% da área. A desigualdade da distribuição da posse da terra no Brasil é uma das mais acentuadas do mundo (IMAFLOA, 2020), o que mostra a importância da reforma agrária.

A mecanização dos sistemas agrícolas e o uso intensivo de fertilizantes e pesticidas químicos são expressões da Revolução Verde. Essas políticas significaram a privatização da agricultura, deixando-nos, agricultoras e agricultores, consumidoras e consumidores, nas mãos de poucas empresas do agronegócio (ESTEVE, 2014). A dependência da agricultura de modelos agroquímicos distancia a população do acesso ao alimento de qualidade e da condição de soberania alimentar dos países.

Neste contexto de pandemia, o acesso à alimentação em quantidade e qualidade de forma adequada e saudável se torna um desafio diário para milhares de brasileiras e brasileiros. O fator “qualidade alimentar” deixa de ser prioritário em uma situação de escassez de alimentos, de pobreza e fome. Na realidade, não existe “poder de escolha”: a população mais pobre, negra e periférica come o que o dinheiro tem condições de comprar.

Segundo José Graziano, ex-diretor geral da FAO (Organização para a Alimentação e Agricultura), “muitas famílias têm preferido comprar alimentos industrializados, durante a quarentena, visando prolongar a duração na despensa, como um ajuste financeiro” (FELLET, 2020). O problema é que a opção por esses itens, que tendem a ser mais calóricos e menos nutritivos que comidas frescas, pode acabar deixando consumidoras e consumidores mais vulneráveis ao adoecimento pela covid-19.

A paralisação de canais e programas de comercialização da agricultura familiar, como as feiras livres, é outro fator que provoca insegurança alimentar. Durante o período de isolamento social, atendendo às medidas dos órgãos de saúde, muitas associações e cooperativas da agricultura familiar tiveram esses canais de comercialização suspensos. Assim, a qualidade do alimento foi ainda mais afetada, já que são pelos arranjos locais e canais curtos de comercialização que se dá o acesso a alimentos *in natura* e frescos, o que chamamos “comida de verdade”.

A pandemia afetou, ainda, a continuidade de políticas públicas que possuem extrema importância para a erradicação da fome, como os programas de apoio à agricultura familiar, justamente pela contribuição significativa

desse setor para a produção de alimentos. Exemplos são programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA foi criado em 2003 dentro do Programa Fome Zero e promove, por um lado, o apoio à agricultura familiar pela compra dos alimentos produzidos pelas agricultoras e agricultores e, por outro lado, a doação desses alimentos a milhares de brasileiras e brasileiros em situação de insegurança alimentar que estão nas redes socioassistenciais: famílias cadastradas no Bolsa Família, estudantes da rede pública de ensino, hospitais e creches, entre outros.

Já o PNAE foi reconhecido internacionalmente por garantir alimentação diária nas escolas de todo o país, se baseando no direito humano à alimentação adequada e saudável. O programa foi implantado em 1955 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem e melhoramento do rendimento escolar de estudantes, além de apoiar a formação de hábitos alimentares saudáveis. Desde 2009, com a Lei n. 11.947, 30% do valor das compras feitas pelas prefeituras municipais são direcionados à compra direta de produtos da agricultura familiar (ANA, 2016).

Ambos os programas fortalecem o cooperativismo entre agricultoras e agricultores, além de incentivar a transição agroecológica nos sistemas produtivos e promover o acesso à alimentação de qualidade e o combate à fome. Desde 2016, essas políticas públicas sofrem cortes orçamentários e passam por mudanças legislativas que dificultam a execução dos programas nos estados e municípios, assim como comprometem o acesso das agricultoras e agricultores familiares à possibilidade das compras governamentais. Há uma drástica interrupção, pelo governo atual, de ações que contribuíram significativamente para a erradicação da pobreza e fome no Brasil.

Agora, com as medidas do isolamento social, as escolas públicas tiveram suas atividades suspensas, impactando a operacionalização do PNAE e afetando diretamente a geração de renda de agricultoras e agricultores familiares que comercializam alimentos via esse programa em todo o território brasileiro, além de comprometer o consumo alimentar de milhares de crianças.

Outro elemento importante foi ver como algumas das políticas públicas e ações governamentais, que visam a continuidade de recursos na garantia pela alimentação das crianças e jovens estudantes, acabaram beneficiando as grandes corporações e empresas dos alimentos ao instituírem

a compra por meio de cartões ou vouchers, que só poderiam ser usados em determinadas redes de supermercado.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) apresentou ao governo um documento assinado por mais de 877 organizações que cobram a aplicação orçamentária de 1 bilhão de reais no PAA para aquisição de 300 toneladas de alimentos durante a pandemia (ANA, 2020). Essa demanda ainda não foi atendida pelo governo brasileiro, que segue sem um programa estratégico de abastecimento alimentar durante a pandemia.

Impactos que são observados no campo por milhares de agricultoras e agricultores familiares, camponesas e camponeses, povos e comunidades tradicionais, que cobraram do governo federal medidas de apoio emergencial durante a pandemia através do Projeto de Lei n. 735, ao mesmo tempo que veem o aumento da dificuldade de acesso aos alimentos e da fome em suas comunidades.

“Contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade”, foi essa a justificativa dada pelo presidente Jair Bolsonaro, que consta das primeiras linhas da mensagem dirigida ao presidente do Senado em relação aos vetos ao Projeto de Lei n. 735. A ação constituiu em uma rejeição praticamente integral do projeto, mostrando a coesão do executivo na violação de direitos e indo na contramão das urgências e emergências que vivemos (PACHECO, 2020).

No contexto da pandemia

A crise sanitária instalada com a pandemia da covid-19 escancarou as desigualdades sociais do país. Vale destacar que essas desigualdades não são frutos da pandemia, mas reflexo de problemas históricos que se aprofundaram no contexto atual. Portanto o que vivíamos antes da pandemia não pode ser considerado o normal, mas sim um processo de naturalização desses problemas históricos. Os impactos da pandemia tiveram efeitos maiores e mais complexos em populações que já se encontravam em vulnerabilidade social, ou seja, especialmente na população periférica e negra.

Sabe-se que a maioria das mulheres periféricas do Brasil vive em situação de vulnerabilidade econômica: 90% das famílias cadastradas no Bolsa Família têm mulheres como titulares, sendo que 68% dessas mulheres são negras.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), 13 milhões de pessoas no Brasil sobrevivem abaixo da linha da pobreza, com renda média mensal de até R\$145,00. A grande maioria

desse contingente é composto por mulheres negras, mães, geralmente as únicas responsáveis pela manutenção financeira da casa, além de por todo o trabalho doméstico e de cuidados. Porém as medidas de apoio propostas pelo governo para minimizar os impactos da pandemia parecem não considerar o perfil dessa população, que ainda sentirá as consequências de forma mais duradoura no pós-covid.

É um erro a adoção de medidas vagas e com estratégias universais, que não considerem as desigualdades sociais explícitas no país. Para as 54,8 milhões de pessoas que se encontram em pobreza no Brasil, sobretudo a população preta ou parda (que representa 73% dos pobres, segundo o IBGE), as medidas de isolamento social durante a pandemia são ações muito distantes da realidade.

O próprio acesso à informação e a adoção de medidas de proteção ao contágio da covid-19 ficaram restritas. Segundo dados do IBGE (2019), 10% dos domicílios brasileiros não possuem acesso à água e rede de esgoto, sendo um desafio garantir cuidados de saúde e medidas sanitárias em uma situação de não acesso a direitos básicos.

A pergunta central é: como as mulheres que já se encontram em vulnerabilidade social sobrevivem em um momento de agravamento de uma crise sanitária e econômica?

O trabalho e a geração de renda dessas mulheres ficaram comprometidos com as medidas de isolamento e quarentena. As relações de trabalho, que já eram desiguais para as mulheres, agora pioram.

Não restam opções a essa população em situação de pobreza: ou saem de casa em busca de renda para sobreviver, se expondo à contaminação pelo vírus, ou ficam em casa expostas/os ao empobrecimento e à fome. Os dados da pobreza e extrema pobreza no Brasil já demonstravam o crescente cenário de violação ao direito humano à alimentação antes mesmo da pandemia do coronavírus se alastrar pelo país e pelo mundo.

A violação do direito ao trabalho e à renda está relacionada ao direito humano à alimentação. Mesmo que as mulheres estejam na centralidade do trabalho de gestão e produção dos alimentos nas casas, em um contexto de crise econômica e escassez de alimento elas são as últimas a comer, muitas vezes ficando com as partes menores ou menos fortes do alimento.

Ainda que, em 2014, o Brasil tenha saído oficialmente do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), o número de pessoas em situação de insegurança alimentar e fome no país voltou a crescer. Segundo

dados do IBGE, houve um aumento da pobreza no país nos últimos anos. Em 2016, 52,8 milhões de pessoas eram consideradas pobres; o número passou para 54,8 milhões em 2017 (IBGE, 2018).

O Relatório Global sobre Crises Alimentares, elaborado pela Rede de Informação de Segurança Alimentar, informa que a covid-19 pode duplicar o número de pessoas que enfrentam crises alimentares, passando de 135 milhões de pessoas no final de 2019, para 265 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar no mundo até o final deste ano (FSIN, 2020).

A omissão do governo brasileiro diante da fome se configura como um projeto necropolítico. Para o escritor e historiador camaronês Achille Mbembe, a necropolítica é o poder de definir quem vai sobreviver e quem vai morrer, o que se expressa como um conjunto de políticas de controle social através da morte (MBEMBE, 2018). É desafiador promover a saúde em um contexto de potencialização do adoecimento.

A soberania alimentar e a agroecologia como caminhos para a autonomia

Como já afirmamos, a soberania alimentar é o direito dos povos a ter alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, tendo a autonomia de decidir sobre o quê, quando e como produzir.

Schutter (2014), relator especial da ONU, aponta que a soberania e a segurança alimentar precisam ser construídas a partir dos sistemas agroecológicos, uma vez que a agroecologia responde às iniciativas consideradas importantes e necessárias para a erradicação da fome no mundo.

Os sistemas alimentares de base agroecológica são desenvolvidos não apenas pelo não uso de agrotóxicos e transgênicos, mas também pelo manejo ecológico dos solos, pelo uso de sementes tradicionais e por práticas culturais das agricultoras e agricultores, que são fundamentais para a autonomia da agricultura, estruturando-se, principalmente, a partir de arranjos locais e regionais de produção e consumo de alimentos saudáveis.

A diversidade de hábitos alimentares e os recursos naturais são importantes contributos para uma dieta rica em micronutrientes, que poderia ser melhor promovida por sistemas alimentares descentralizados e baseados em

circuitos regionais e locais de produção, distribuição e consumo com base em uma agricultura familiar diversificada e ambientalmente sustentáveis, pautados em sistemas agroecológicos de produção (CORRÊA *et al.*, 2019).

Ao mesmo tempo, essa produção e manejo dos bens comuns deve se dar junto à construção de relações mais justas e igualitárias, a partir de uma perspectiva mais sistêmica. Por isso afirmamos que “sem feminismo, não há agroecologia” e que “com racismo, não há agroecologia”.

Apesar das inúmeras iniciativas de grupos e redes de alimentos orgânicos e agroecológicos no Brasil terem apresentado um aumento significativo nos últimos dez anos, o acesso a alimentos saudáveis por grande parcela da população ainda é restrito.

Analisando os dados do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), estão cadastrados em sua base, no Brasil, 792 feiras orgânicas e agroecológicas, 43 comércios parceiros de orgânicos e 66 grupos de consumidores responsáveis. Hoje, durante a pandemia do coronavírus, 446 iniciativas permanecem fornecendo “comida de verdade” em todo o território brasileiro (IDEC, 2020).

A falta de incentivos governamentais, como políticas públicas de apoio a sistemas agroecológicos e orgânicos, linhas de créditos e incentivos fiscais, tornam, em muitos casos, o alimento inacessível, se mantendo como um privilégio de grupos sociais consumidores, com alto poder econômico. Para a democratização da alimentação saudável, é preciso considerar a ocupação do território brasileiro, do campo e da cidade.

Segundo a Embrapa (2017), as áreas consideradas urbanas no Brasil representam menos de 1% do território nacional (0,63%) e concentram 160 milhões de pessoas, ou seja, 84,3% da população brasileira. A alta concentração da população em centros urbanos exige estratégias organizadas em arranjos locais de abastecimento dos alimentos, incluindo a produção de alimentos pela agricultura urbana e/ou periurbana. Para isso, é fundamental a garantia de cidades mais justas, acesso à moradia digna, territórios saudáveis e um meio ambiente limpo.

Para Petersen e Monteiro (2020), uma governança democrática da alimentação implica no desenvolvimento de uma “nova geografia alimentar”, com o encurtamento das distâncias físicas e sociais entre a produção e o consumo. A “relocalização” ou “reterritorialização” dos sistemas alimentares é exatamente o que os movimentos de agroecologia defendem.

Como nunca antes, a pandemia do coronavírus nos revela a natureza

sistêmica do nosso mundo: as saúdes humana, animal e ecológica estão estreitamente vinculadas. Sem dúvida, a covid-19 é um chamado de atenção para que a Humanidade repense seu modo de desenvolvimento capitalista e altamente consumista e as formas com que nos relacionamos com a natureza (NICHOLLS; ALTIERI, 2020).

Neste momento, em que o mundo se mobiliza para enfrentar uma crise sanitária e econômica, a agricultura familiar de base agroecológica busca apontar as soluções para o abastecimento alimentar da população brasileira. Por ser fundamentada por relações sociais, a agroecologia procura respostas que estão além da produção do alimento, buscando soluções que possibilitam o acesso a eles, assim como a justa divisão dos trabalhos, em especial do trabalho doméstico e de cuidados.

Milhares de ações de solidariedade de apoio às famílias em situação de insegurança alimentar, agravada com a pandemia, foram realizadas em todo o país com a doação de toneladas de alimentos. São ações desenvolvidas por organizações e movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores/as Sem Terra (MST) e as redes de agroecologia no país, enquanto as ações governamentais se encontram estagnadas.

Daí surge a importância da construção e fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis, que possam, em situações de crise como a que vivemos, sofrerem menos impactos, sobretudo em um cenário de restrições nacionais e internacionais e medidas de isolamento social.

É urgente que os sistemas alimentares possam avançar em projetos que promovam a democratização da alimentação saudável e não apenas nichos de mercado. Para isso é preciso que a produção de alimentos saudáveis para toda a população seja uma prioridade, contando com a adoção de políticas públicas e programas que objetivem a erradicação da fome e estimulem a transição agroecológica nos sistemas de produção e a redução de agrotóxicos, considerando os benefícios para a saúde do meio ambiente e da população.

A alimentação saudável precisa ser uma agenda do campo e da cidade, fortalecendo a relação entre produção e consumo, rural e urbano, com a integração entre ser humano e natureza.

Reafirmamos que *comer é um ato político*; é um direito que deve ser assegurado e, portanto, a agroecologia é um caminho necessário para a garantia da soberania alimentar a todas as pessoas, no Brasil e no mundo. Acreditamos ainda que as mulheres não podem ser responsabilizadas por

carregar toda a crise em suas costas, ao serem cobradas por todo o trabalho doméstico e de cuidados, pela produção dos alimentos para toda a família, pela gestão da pobreza.

Referências Bibliográficas

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. *Merenda escolar: uma revolução para os agricultores familiares*. Publicado em 17 ago. 2016.
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. PAA – *Programa de Aquisição de Alimentos: Comida Saudável para o povo*. Publicado em abr. 2020.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

BECK, Ulrich. *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; FRIEDRICH, Karen; BURIGO, André (orgs.). *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CASTRO, Márcia C. *Um marco sombrio: 100 mil mortes por Covid-19*. Nexo Jornal.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil*. Comunicado Técnico n. 4, Campinas, maio 2017.

ESTEVE, Esther Vivas. *Um sistema alimentar que produz famintos e obesos*. Entrevista concedida a Luciano Gallas. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, v. 442, São Leopoldo, 05 maio 2014.

FELLET, João. *Piora da Alimentação na pandemia deixa a população mais vulnerável à covid-19, diz ex-chefe da FAO*: entrevista a José Graziano Silva. BBC News Brasil.

FSIN – Rede de Informação de Segurança Alimentar. 2020 *Relatório global sobre crises alimentares: análise conjunta para melhores decisões*. Roma, Itália e Washington, DC: Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO); Programa Mundial de Alimentos (PMA); e International Food Policy Research Institute (IFPRI).

FRASER, Nancy. *Contradições entre capital e cuidado*. Tradução de José Ivan Rodrigues de Sousa Filho (PPGFil/UFSC). Site da editora Autonomia Literária.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais 2018*. Publicado pela Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Dez. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico* – PNSB, 2019.

IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor. *Onde encontrar comida de verdade durante a pandemia do Coronavírus?* Base de dados de cadastros de feiras orgânicas e agroecológicas.

IMAFLOA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. *Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil: o mapa da desigualdade*. Relatório n. 10, abr. 2020.

INCA – Instituto Nacional de Câncer. Nota Técnica: *Posicionamento do INCA acerca dos agrotóxicos*. 2015.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

CORRÊA, Marcia Montanari; PIGNATI; Wanderlei Antônio; PIGNATI; Marta. G. Segurança Alimentar, produção de alimentos e saúde: um olhar para os territórios agrícolas de Mato Grosso. *Aceno* – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, v. 6, n. 11, p. 129-146, jan./jul. 2019.

NICHOLLS, Clara Inés; ALTIERI, Miguel. *A agroecologia em tempos de covid-19*. Brasil de Fato, São Paulo, 01 abr. 2020.

PACHECO, Maria Emília. *Vetos ao PL 735 negam cidadania e o direito à alimentação*. Artigos, FASE, 31 ago. 2020.

PETERSEN. Paulo; MONTEIRO, Denis. *Agroecologia ou Colapso (1 e 2)*. Jornal Outras Palavras, 05 maio 2020.

ROMANO, Jorge *et al.* “Uma gripezinha”: uma análise política do discurso negacionista. *Le monde diplomatique Brasil*. Série Populismo e Crise.

ROMANO, Jorge *et al.* O vírus não é democrático: a pandemia da covid-19 como acontecimento e a disputa de discursos. *Le monde diplomatique Brasil*. Série Populismo e Crise.

SCHUTTER, Oliver de. *Report of the special rapporteur on the right to food: final report – the transformative potential of the right to food*. United Nations, Human Rights Council, Twenty-fifth session, Agenda item 3, Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development. United Nations, A/HRC/25/57, jan. 2014.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL. *Soberanía Alimentaria ya! Una guía por la soberanía alimentaria*. 2018.

O TRABALHO E AS MULHERES EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO E CRISE

Marilane Teixeira

Uma conjunção de fatores interage na forma como as mulheres se integram no mundo do trabalho, embora seja incontestável que as condições de realização das tarefas no âmbito da reprodução social e as condições socioeconômicas das mulheres são determinantes para a sua inserção nele. Quanto menor o acesso ao trabalho remunerado e às políticas públicas e maior o nível de pobreza das famílias, maiores são as dificuldades encontradas pelas mulheres de se inserirem em atividades econômicas remuneradas. No Brasil, país de características históricas e estruturais marcadas pela pobreza, por uma profunda desigualdade social e racial, estruturação do mercado de trabalho precária e alta concentração de renda, as múltiplas dimensões dessa gritante realidade se expressam de forma diferenciada, a depender do gênero e da cor ou raça.

Mesmo os momentos de maior dinamismo econômico (que promoveram uma maior incorporação das mulheres ao trabalho remunerado, ampliaram a sua integração em setores mais protegidos e contribuíram para reduzir, embora de forma moderada, as diferenças salariais) não alteraram, contudo, as proporções entre trabalhadoras dentro e fora da força de trabalho, empregadas e desempregadas, formais e informais, trabalho produtivo e reprodutivo. Tampouco tornaram a estrutura ocupacional e setorial mais equânime.

Um primeiro conjunto de questões surge ao se constatar que tratamos de relações sociais e de poder entre classes, raças e sexos, na contramão da doutrina dominante, que descreve a sociedade como um sistema de trocas, em que tudo pode ser transacionado, inclusive a força de trabalho. A decisão de permanecer ou não no mercado de trabalho é vista como uma escolha de indivíduos e, portanto, ele se autorregularia pelas forças invisíveis do mercado. Essas análises negligenciam as motivações que levam as mulheres a se incorporarem nos empregos mais precários e o quanto as suas “escolhas” estão determinadas por condições materiais e por

novos arranjos familiares, distantes de modelos formais e tradicionais de família, profundamente inadequados.

O debate em torno das questões que envolvem a discriminação do mercado de trabalho por raça e sexo se iniciou na década de 1960, quando as atividades domésticas ganharam relevância nos estudos sobre trabalho não remunerado. A economia dominante procurou estender a teoria das escolhas racionais (Becker, 1981) para tratar as decisões no interior das famílias, argumentando, de forma circular, que as diferenças entre mulheres e homens resultavam de sua natureza. Dessa forma, os menores ganhos no mercado de trabalho eram utilizados para justificar a especialização das mulheres no trabalho doméstico, ao mesmo tempo em que as responsabilidades domésticas das mulheres justificavam seus menores salários.

Um segundo conjunto fundamental de questões refere-se à relação entre trabalho produtivo e reprodutivo. O mercado de trabalho assalariado necessita de controle sobre o trabalho e sua reprodução, o que só foi possível a partir de processos históricos e sociais que deslocaram a produção doméstica para o mercado, ao mesmo tempo que se estabeleceu uma relação específica entre o processo de produção e reprodução social. Isso se deu por meio do trabalho doméstico não remunerado, fundamental para o funcionamento de um sistema econômico que se mantém com o enorme volume de trabalho não pago, realizado pelas mulheres, que garante a funcionalidade do sistema.

Nesse sentido, é essencial compreender as interações que se constituem entre os sistemas econômicos e de reprodução social na manutenção da discriminação e exclusão das mulheres do mundo produtivo, uma vez que as políticas de ajuste estrutural de cunho neoliberal vêm reduzindo, de forma contínua, as políticas públicas dos Estados. Trata-se de um sistema que necessita cada vez mais do enorme volume de trabalho gratuito realizado pelas mulheres no âmbito do trabalho doméstico, que envolve cuidados, afeto, bem-estar e suporte emocional.

Com isso, se evidenciam os limites do conceito de trabalho que leva em conta apenas as atividades realizadas no âmbito do mercado (Hirata, 2002). Historicamente, o trabalho assalariado foi concebido em uma única dimensão e com o protagonismo do sexo masculino. A divisão sexual do trabalho é tratada como algo natural, e, quando não se questionam os aspectos que envolvem as condições de reprodução da própria força

de trabalho, nega-se a contribuição efetiva das mulheres no sustento das famílias. A naturalização do trabalho doméstico representa a ausência de reconhecimento social da atividade doméstica como trabalho, o que não pode ser confundido com a defesa de um salário para as donas de casa, apregoado por alguns. Os defensores disso, movidos pelo desconhecimento ou motivados por teses já superadas pelo debate político, acreditam que, ao atribuir um valor monetário e remunerar o trabalho doméstico, estariam valorizando esse trabalho. Mas, na verdade, estão outorgando às mulheres a responsabilidade pela reprodução social. Portanto uma problematização se faz necessária, e soluções que impõem às mulheres uma maior sobrecarga devem ser refutadas.

As contribuições que destacam a especificidade do trabalho das mulheres no capitalismo (Beneria, 1981) ressaltam as principais tarefas atribuídas a elas nesse sistema de produção e reprodução: a reprodução biológica, a reprodução social e a reprodução ideológica da força de trabalho. Com isso, colocam-se três elementos centrais na abordagem do trabalho das mulheres. O primeiro se refere à articulação entre produção e reprodução: o trabalho reprodutivo é indispensável para a reprodução e os cuidados das pessoas e também para a própria reprodução social, que implica no acesso e no controle de recursos econômicos de uma geração para outra (mediante instituições como a família, por exemplo), além das próprias especificidades no interior do sistema capitalista, que não podem ser explicadas apenas como a herança de um passado patriarcal. Um segundo aspecto se refere às limitações das abordagens que indicam o trabalho de reprodução como o responsável pelas menores oportunidades para as mulheres e a necessidade de aprofundar a conexão com o trabalho produtivo. Em terceiro lugar, o trabalho reprodutivo tem uma tarefa específica na reprodução da mão de obra passada, presente e futura, por meio da educação, das técnicas de produção, de socialização e da ideologia do trabalho, conforme nos sugere Saraceno (1991; 1993).

Para Picchio (1999), o capitalismo pode ser tipificado a partir de três características fundamentais: imposição de uma relação específica entre o processo de produção de bens e serviços e o processo de reprodução social da população; é definido pela utilização do trabalho assalariado para produção de mercadorias e acesso aos bens de subsistência; e é mediado, para a grande maioria da população, pelos salários. Essa mediação, uma consequência do domínio privado dos meios de produção, determina a

relação capitalista específica entre o processo de produção e o processo de reprodução social. Ou seja, quanto maior a quantidade de serviços prestados no âmbito doméstico, menor será a quantidade de bens e serviços que poderão ser adquiridos por meio do mercado para a subsistência e reprodução da força de trabalho, tornando-se uma variável de ajustes para a própria definição do valor da força de trabalho.

Fica explícita a conveniência, para o capital, do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres no espaço dos domicílios. Ao assumir integralmente a responsabilidade pela reprodução social, as mulheres são compelidas a se inserir nas ocupações tradicionais, que apresentam elevado grau de segregação por sexo. Isso se associa, por sua vez, à criação e perpetuação de desigualdades entre os sexos dentro e fora do mercado de trabalho. Essas desigualdades servem de justificativa para a baixa taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, e essa realidade não está presente apenas em nosso país. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018), a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho ao redor do mundo era de 48,5%, ou seja, 26,5 pontos percentuais abaixo da taxa dos homens. No primeiro trimestre de 2020, a taxa entre as mulheres brasileiras era de 52%, enquanto entre os homens era 71%. O trabalho de reprodução não é estático, mas dinâmico, se transformando, se intensificando ou abrandando conforme o ciclo de vida.

Dessa forma, as mulheres serão integradas ao mundo produtivo sem redução das suas responsabilidades domésticas, criando um conflito que se expressa nas intermitências laborais, na integração em setores ou ocupações mais precárias, na maior vulnerabilidade em períodos de crise. Gera-se, assim, um paradoxo: ao mesmo tempo em que o capital não pode prescindir da força de trabalho das mulheres, ele reforça a exclusão por meio de práticas discriminatórias e excludentes, de ajustes fiscais e políticas de austeridade, como o corte de gastos com saúde, educação, infraestrutura e necessidades básicas, forçando as mulheres a buscar maneiras de compatibilizar a dinâmica produtiva e reprodutiva.

Para Federici (2019), são três os fatores que suscitaram o aumento da jornada de trabalho das mulheres e a volta para o ambiente da casa. O primeiro se refere ao processo de globalização e liberalização da economia mundial em que as mulheres foram as responsáveis por compensar a deterioração das condições econômicas por meio dos cortes orçamentários, assumindo o provimento das famílias; o segundo fator diz respeito ao

processo de mudanças no mercado de trabalho, que inaugura novas formas de trabalho informal, como o trabalho a domicílio, uma estratégia amplamente utilizada pelos setores empresariais que fixa as mulheres ao trabalho doméstico sob a ilusão de reconciliar a obtenção de uma renda com o cuidado de sua família; o terceiro se trata da permanência das hierarquias de gênero e da violência contra as mulheres.

Um terceiro aspecto essencial para a nossa análise é compreender as razões de um número expressivo de mulheres encontrarem-se fora da força de trabalho. Essas mulheres são identificadas nas estatísticas como “inativas” ou “população não economicamente ativa”. As pesquisas sobre mercado de trabalho raramente fazem referência a essa condição e, tampouco, questionam o número elevado de mulheres fora da força de trabalho. No primeiro trimestre de 2020, 43,408 milhões de mulheres estavam fora da força de trabalho; com a crise atual, esse número saltou para 50,466 milhões, de acordo com os dados do terceiro trimestre de 2020.

Por fim, o paradigma dominante não reconhece a existência de relações de poder, sociais e econômicas entre classes, raças e sexos. Reduzir a teoria econômica a escolhas individuais tem implicações particularmente significativas na formulação de um padrão teórico que explique as relações humanas no interior das relações familiares e nas relações com a sociedade. Ao não distinguir as diversidades existentes, os indivíduos são reduzidos ao modelo de um homem branco. Nas relações no interior das famílias, busca-se enquadrar a teoria ao conceito da nova economia doméstica, que trata as decisões das mulheres em participar ou não do mercado de trabalho como simples escolhas maximizadoras de resultados, desprezando as relações sociais de sexo que se configuram no interior das famílias e da sociedade, pela interação entre produção econômica e reprodução social determinante na sustentação desse sistema econômico e social. Portanto esses modelos que se formam no interior da teoria não são capazes de explicar a posição inferior das mulheres em várias sociedades.

Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019)¹ apontam que o percentual de domicílios brasileiros chefiados por mulheres passou de 25%, em 1995, para 45%, em 2018. Somente entre

1 Lencioni, Caio. 28,9 milhões de famílias no Brasil são chefiadas por mulheres. Disponível em: www.observatorio3setor.org.br/carrossel/289-milhoes-de-familias-no-brasil-sao-chefiadas-por-mulheres.

2014 e 2019, quase 10 milhões de mulheres assumiram essa posição.

O trabalho remunerado e as mulheres

Nas últimas décadas, foram desenvolvidas várias pesquisas evidenciando a evolução e o comportamento das mulheres no mercado de trabalho, que nos ajudam a compreender o destacado crescimento mesmo em contextos adversos. Na década de 1980, Spindel (1987) nos alertava sobre a criação de empregos formais decorrentes do crescimento do setor público, formado majoritariamente por mulheres, e sobre o expressivo crescimento do setor terciário, visto como a porta de entrada das mulheres no mundo produtivo. Contudo, o acesso se dava de forma diferenciada. De acordo com Carneiro (2019), se baseando nos dados do Censo de 1980, mulheres pretas e pardas estavam destinadas a ocupações mais precárias; enquanto 81,2% das mulheres pretas se concentravam na agropecuária, na prestação de serviços e na indústria de transformação e construção civil, entre as pardas o percentual era de 68% e, entre as brancas, de 47,2%. Esses dados indicam o acesso limitado ao mercado de trabalho e à mobilidade social, especialmente para as mulheres negras.

À medida que as pesquisas evoluíram, novos indicadores foram incorporados às análises, como a situação na ocupação (com carteira, sem carteira, por conta própria). Os trabalhos que analisam a evolução das mulheres no mercado de trabalho a partir dos resultados dos anos de 1990 (Wajmann; Perpétuo, 1997) sugerem que o crescimento de formas atípicas de contratação, como o emprego sem carteira assinada ou por conta própria, pode representar um atrativo para as mulheres que, diante das exigências de compatibilização entre o trabalho doméstico e a atividade remunerada, identificam nessas formas de trabalho maiores oportunidades. Com o intuito de validar essas afirmações, as autoras analisaram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 1992 e 1995, constatando que a posição no domicílio, se cônjuges ou com a presença de filhos com idade inferior a 6 anos, aumenta em mais de 50% a probabilidade da mulher aceitar trabalhos por conta própria. É diferente da situação das mulheres em empregos sem registro, em que a condição racial (negra ou não negra) é o fator mais relevante para determinar a sua condição de inserção; ou seja, o componente da vulnerabilidade presente nessas formas de contratação podem ser as únicas oportunidades que

muitas mulheres experimentarão ao longo de sua vida laboral.

Examinemos os dados a respeito das relações de emprego: em 1995, 58% das mulheres convergiam para o trabalho doméstico (17,2%); por conta própria (16,6%); e não remunerados ou para o consumo próprio (22,4%). Nos anos 1990, elevou-se o número de pessoas ocupadas em atividades não assalariadas, destacando-se o emprego sem registro, por conta própria e não remunerado, esse último pouco abordado nas pesquisas gerais sobre mercado de trabalho. Nesses anos, a peculiaridade foi o aprofundamento de relações de trabalho já pouco estruturadas e com um caráter mais explicitamente flexibilizador, refletindo as mudanças em curso, a exemplo das subcontratações precárias e a terceirização.

A característica comum dessas novas modalidades é a corrosão de formas de emprego institucionalizadas próprias da organização da produção industrial, em que se distinguia claramente o local de trabalho e a casa, o tempo de trabalho e o tempo livre, o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado; estamos diante da erosão de tais fronteiras, em um processo que está sendo fundamentalmente facilitado pelas novas tecnologias de informação e comunicação e coloca a discussão sobre a reprodução social em outro patamar.

Nesse cenário, a flexibilidade da jornada de trabalho para as mulheres é considerada uma forma de “conciliar” trabalho produtivo e reprodutivo. Isso introduz a possibilidade de obterem acesso ao trabalho remunerado e ao sustento da casa, sem comprometer – em princípio – uma alteração substancial da esfera doméstica. Ao mesmo tempo, a integração flexível das mulheres no mundo do trabalho traz consigo uma redução de custos trabalhistas, incluindo os relacionados com a reprodução, que permanecem sendo atribuídos às mulheres. O modelo também permite manter uma oferta flexível. Para Díaz e Todaro (2004), trata-se de um novo contrato social que visa equilibrar processos de produção e reprodução nessa nova etapa de acumulação do capital.

Durante todo o século XX, a entrada e permanência das mulheres na estrutura produtiva estiveram marcadas pela informalidade e pela precariedade, relações que absorveram um número muito maior de mulheres e, de certa forma, reservaram aos homens os empregos mais protegidos. Em 2003, 47,9% das mulheres ocupadas se encontravam em empregos precários e informais; esse número pouco se altera em 2013, sendo 44,9%. No primeiro trimestre de 2020, 52,1% das mulheres negras

e 43,8% das mulheres brancas ocupadas se encontravam nessa condição. A informalidade² é prevalente entre as pessoas negras ocupadas. E o trabalho doméstico remunerado segue como a principal ocupação entre as mulheres, 5,494 milhões de mulheres se encontravam nessa ocupação no primeiro trimestre de 2020.

Quem são as mulheres fora da força de trabalho

Há muita pouca referência nas estatísticas sobre o número elevado de mulheres fora da força de trabalho. Naturalizou-se, nas sociedades industriais, o modelo de homem provedor e de mulher cuidadora, mesmo que isso nunca tenha sido a realidade da maior parte dos países de economia periférica. No período compreendido entre 2012 e 2019, analisando o total da população que se encontrava na condição de não economicamente ativa ou fora da força de trabalho, na faixa de idade entre 20 e 39 anos, 77% eram mulheres; essa proporção caiu para 74%, em 2019. Mesmo assim, o total de mulheres nessa condição continua expressivo: representavam 10,068 milhões em 2012 e passaram para 8,868 milhões em 2019, enquanto entre os homens o total era, em 2019, de 3,227 milhões.³

Essa condição de inatividade não pode ser explicada apenas pelas intermitências decorrentes da idade reprodutiva das mulheres. É necessário buscar outras explicações para a persistência de um elevado número de mulheres nessa condição. Ao mesmo tempo em que devem-se rejeitar justificativas que se apoiam na cultura da sociedade para reforçar a divisão sexual do trabalho e atribuir às mulheres a responsabilidade pelo espaço privado, é preciso contestar as explicações econômicas que resumem isso a uma escolha racional baseada nos custos de oportunidades definidos no interior das famílias.

Outro aspecto diz respeito à necessidade de uma reavaliação do conceito de inatividade, considerando que a maior parte das mais de 43,4 milhões de mulheres (dados do primeiro trimestre de 2020) está envolvida

2 A informalidade caracterizada aqui corresponde a uma pessoa empregada no setor privado sem carteira, setor público sem carteira, trabalho doméstico sem carteira, conta própria e trabalho familiar auxiliar.

3 Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do 4ºT de 2019.

em atividades de reprodução social essenciais para a produção econômica e que ocultam um valor que, embora não seja monetizado, não significa que não possa ser reconhecido como trabalho.

A condição de maior pobreza tem sido um obstáculo à inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Dependendo de sua situação socioeconômica e da faixa etária, a taxa de participação das mulheres em relação aos homens pode variar significativamente. Isso demonstra o quanto a condição de pobreza afeta sobretudo as mulheres.

Em 2019, 63% das mulheres que se encontravam fora da força de trabalho pertenciam a famílias cujo rendimento domiciliar *per capita* correspondia a até um salário mínimo; já entre as mulheres negras, o percentual se elevava para 75%. A taxa de participação das mulheres varia de acordo com o seu nível socioeconômico, expresso pela renda domiciliar per capita.

Dito de outra maneira, o diferencial entre mulheres e homens diminui à medida que a renda per capita cresce, evidenciando que a situação socioeconômica das mulheres é um fator decisivo para sua entrada e permanência no mundo do trabalho. Quanto mais pobres, mais tempo elas estarão afastadas do acesso a uma ocupação. Essa interrupção comprometerá de forma definitiva a sua vida laboral. Outro fator inibidor é a baixa escolaridade: 45,2% das mulheres fora da força de trabalho acessaram até o ensino fundamental incompleto. Em 2019, 24,566 milhões de pessoas viviam com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, e 61,065 milhões com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Do total de pessoas em condições de extrema pobreza,⁴ 52,3% eram mulheres e 47,7% homens; a pobreza é maior entre as pessoas negras, uma vez que mulheres negras representavam 39,8% do total (IBGE, 2020).

A presença de filhos e o acesso a creches são elementos centrais para as mulheres em relação à participação em atividades remuneradas. O nível de ocupação das mulheres, sem a presença de crianças no domicílio de até três anos de idade, era de 70,8% para as brancas e de 61,6% para as negras. Com a presença de crianças, o percentual cai para 61,8% e 49,1%, respectivamente. A redução é maior entre as mulheres negras que apresentam uma realidade de maior vulnerabilidade e maior dependência das políticas públicas (IBGE, 2016).

⁴ Considera-se em condições de extrema pobreza pessoas que vivem com menos de US\$ 1,90/dia.

Com isso, as mulheres mais pobres e negras são facilmente empurradas para precárias condições de trabalho e tornam-se dependentes ora de arranjos familiares, ora de uma mão de obra mais vulnerável ainda como forma de ficar em casa com filhos pequenos ou parentes idosos. Sem dúvida, a ausência de equipamentos públicos que atenda crianças em horário integral é um fator determinante no desafio da inserção e manutenção da mulher no mercado remunerado.

Em relação aos homens, a presença de crianças tem o efeito oposto ao das mulheres, aumentando o nível de ocupação com a presença de crianças. É na função específica do trabalho reprodutivo, visto como principal atribuição das mulheres, que encontramos a origem da divisão sexual do trabalho como elemento estruturante das relações sociais de sexo e raça e que fundamentam as desigualdades

Por outro lado, com a ampliação de oportunidades de emprego para as mulheres, a pressão sobre o mercado de trabalho exigirá medidas concretas sobre a própria distribuição do tempo entre o trabalho e o não trabalho, com a ampliação do tempo livre e a redução da jornada de trabalho como medida positiva para incorporar todos e todas que desejam trabalhar com uma remuneração justa. Mas, para isso, são necessárias mudanças profundas na estrutura produtiva, de forma que essa ampliação não resulte na elevação da taxa de desemprego ou na incorporação das mulheres em setores pouco dinâmicos. Da mesma forma, a integração de um maior número de mulheres na forma de trabalho representa uma expansão das atividades econômica e produtiva com a ampliação da renda disponível, favorecendo toda a sociedade.

Ainda em relação ao tema da inatividade, conforme a Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) publicada em 2019 pelo IBGE, do total de jovens de 15 a 29 anos que não estudam, não trabalham, não tomaram providência para conseguir trabalho e não gostariam de trabalhar, o principal motivo mencionado para 66,8% das jovens negras e 58,6% das jovens brancas foi a responsabilidade com os afazeres domésticos, os filhos ou o cuidado de outros parentes. (IBGE, 2019).

A pandemia e seus efeitos sobre o trabalho das mulheres

A desigualdade entre os sexos resulta de fatores estruturais e que se agravam em consequência de aspectos conjunturais, como os períodos

de crise. Dependendo dos setores econômicos ou das ocupações em que estejam empregados, mulheres e homens irão vivenciar os impactos das crises de forma diferenciada, embora isso possa variar ao longo do tempo e de acordo com a natureza da recessão. A aparente convergência para uma integração maior e mais duradoura das mulheres no emprego assalariado, apoiada por mais ocupações nas áreas de serviços sociais, educação e saúde e nas atividades por conta própria e flexíveis, afetariam em menor grau o emprego das mulheres em períodos de crise.

Contudo a realidade tem indicado que as mulheres são as mais afetadas pelas crises econômicas e pelas políticas de austeridade fiscal, uma vez que há redução de gastos em setores produtivos que são grandes empregadores de mão de obra feminina, como as áreas de saúde e educação. A autonomia relativa conquistada pelas mulheres no espaço de reprodução social, propiciada pelo avanço das políticas públicas, da maior dependência da renda das mulheres para a economia familiar e de mudanças nas normas e atitudes sociais, é rapidamente desfeita em períodos de retrocesso econômico e social. As respostas às crises têm sido uma grande pressão sobre as mulheres para que retornem ao espaço privado.

A crise recente retirou da força de trabalho 4,546 milhões de mulheres, o que representa 53% do total de trabalhadoras e trabalhadores, embora as mulheres equivalessem a 45% da força de trabalho no primeiro trimestre de 2020. O desemprego saltou para 16,8% entre as mulheres, enquanto entre os homens chegou a 12,8%. A taxa de subutilização entre as mulheres passou de 29,2% para 36%; a taxa de subutilização de uma mulher negra é 2,3 vezes superior a de um homem branco. O trabalho doméstico remunerado reduziu em 23,5%, com a eliminação de 1,295 milhões de empregos. O trabalho assalariado (com e sem carteira) eliminou 2.572 milhões de pessoas, e o trabalho por conta própria, 1,048 milhões.

A crise gerada pela covid-19 apresenta características distintas das crises econômicas e sociais anteriores. Uma vez que as atividades econômicas foram parcialmente suspensas, houve reações distintas e de impactos diferenciados sobre as pessoas. Houve uma parcela mais protegida pela legislação trabalhista, que teve seus contratos mantidos e suas atividades transferidas para o teletrabalho; outra, inserida em empregos mais precários, teve contratos de trabalho encerrados, recorrendo ao recurso do seguro desemprego e sem perspectiva de retorno; as pessoas que trabalham por conta própria tiveram suas atividades encerradas e passaram

a depender exclusivamente das políticas emergenciais. Dos 107 milhões de pessoas que solicitaram o auxílio emergencial, cerca de 67,7 milhões tiveram o benefício aprovado.

Entre as mulheres, as ocupações mais afetadas correspondem aos trabalhos em serviços domésticos, vendedoras a domicílio, especialistas em tratamento de beleza, professoras de ensino fundamental e cabeleireiras. Nas atividades por conta própria, três ocupações se destacam pela queda elevada: especialistas em tratamento de beleza e afins (25,4%), comerciantes de lojas (26,6%) e vendedoras ambulantes de serviços de alimentação (37,5%); além da queda de 20% na contribuição previdenciária das mulheres durante o período da pandemia. As condições de inserção e de realização do trabalho já vinham se deteriorando ao longo dos últimos anos, especialmente com a crise de 2016/2017. A crise acentuou aspectos que, embora já presentes, foram historicamente negligenciados por parte da sociedade, como a excessiva carga de trabalho reprodutivo. Assim como nos regimes anteriores de acumulação, em que se estabeleceu um pacto de exclusão das mulheres do espaço produtivo, o debate atual é pelo restabelecimento de um novo pacto, agora entre os explorados e os oprimidos, pela centralidade da vida humana.

Referências bibliográficas

- BECKER, Gary. *Tratado sobre la familia*. Madrid: Alianza Editorial, 1987. Edição em inglês: BECKER, Gary. *A treatise on the family*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.
- BENERIA, Lourdes. Reproducción, producción y división sexual del trabajo. *Mientras Tanto*, n. 6, 1981, p.47-84.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen livros, 2019.
- DÍAZ, Ximena; TODARO, Rosalba. Riesgos e inseguridades de las nuevas formas de uso flexible del tiempo de trabajo. *Expansiva*, 2004. En foco.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.
- IBGE—INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Anos 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020. Rio de Janeiro. Microdados IBGE.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Nota Técnica 02/2016 – medidas de Subutilização da Força de trabalho, 2016.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas, n. 43. Rio de Janeiro, 2020.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas, n. 40. Rio de Janeiro, 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Perspectivas sociales e del empleo en el mundo*. 2018.

PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, Cristina (ed.). *Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999. p. 201-42.

SARACENO, Chiara. Dalla istituzionalizzazione alla de-istituzionalizzazione de, corsi di vita femminili e maschili?. *Stato e Mercato*, n. 33, 1991, p. 431-450.

SARACENO, Chiara. Elementi per un analisis delle trasformazioni di genere nella società contemporanea e delle loro conseguenze sociali. *Rassegna italiana de Sociologia*, vol. 34, n. 1, 1993, p. 19-57.

SPINDEL, Cheywa. A formação de um novo proletariado: as operárias do Distrito Industrial de Manaus. São Paulo: IDESP. *Relatório de Pesquisa*, 1987.

WAJMANN, Simone; PERPETUO, Ignez Helena. *A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro*. Belo Horizonte: Nova Economia. v. 7, n. 1, 1997.

AS LUTAS FEMINISTAS PELA SUSTENTABILIDADE DA VIDA

Nalu Faria

Para debater as propostas de enfrentamento ao atual modelo, precisamos partir dos acúmulos do feminismo que construímos. Ao longo dos anos, afirmamos nossa posição como movimento antissistêmico, portanto de crítica global ao modelo capitalista, heteropatriarcal, racista e colonialista. Temos como premissa que a construção de sujeitos políticos como protagonistas dessas mudanças é o que garante que elas aconteçam. Assim, entendemos e praticamos a auto-organização como determinante para a autoemancipação de todos os oprimidos e como fio condutor das lutas por transformação social.

As propostas construídas no feminismo a partir de uma posição antissistêmica sintetizam várias contribuições, tanto do debate e consolidação de agendas políticas como do processo de organização e articulação no conjunto das lutas. Uma leitura do momento atual requer a retomada de um processo que foi determinante para o que vivemos hoje. Nos anos 1990, sob o auge do neoliberalismo, tínhamos, no feminismo, uma situação de diminuição de ação de mobilização e crítica. Evidentemente, esse processo tem determinações diferentes; por exemplo, nos Estados Unidos, viviam-se os efeitos da contra ofensiva de Ronald Reagan; na América Latina, a dívida e o ajuste estrutural. Ao fim e ao cabo, o elemento comum no Norte e no Sul eram as políticas neoliberais, mesmo que se apresentassem de forma diferente em cada um desses contextos. Nessa década, a influência dos organismos multilaterais sobre assuntos climáticos, sociais e econômicos também influenciou a agenda das mulheres, com uma proposta baseada em “política de gênero” em vez de “luta feminista”. Não se trata apenas de trocas de palavras ou mudanças de discursos, mas de um processo complexo que envolveu a perda de visão antissistêmica e resultou em políticas de adequação à organização social dominante. As desigualdades e as injustiças sociais não podem ser tratadas de forma separada, ou seja, lutas específicas (de gênero e raça) que levam

adiante reivindicações dissociadas do contexto são limitadas e reduzidas a discursos ou direitos individuais. É fundamental que os projetos políticos dos movimentos populares observem atentamente as dinâmicas que vão sendo impostas pelo modelo dominante. A globalização neoliberal, por exemplo, alterou os desafios do movimento feminista sobre como colocar sua agenda política.

Nesse momento, no final dos anos 1990, o surgimento da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), assim como de outras dinâmicas, como a REMTE na América Latina e a organização das mulheres da Via Campesina, tiveram um papel fundamental. Foi a partir do fortalecimento de um campo crítico ao neoliberalismo que se recolocou de forma contundente o debate feminista, juntamente com a retomada do conceito de patriarcado. Isso contribuiu para colocar uma ênfase na dimensão da opressão sofrida pelas mulheres, no exato momento em que havia a banalização do conceito de gênero em uma situação de institucionalização predominante e perda de radicalidade no movimento de mulheres (Faria, 2013).

A MMM teve seu lançamento internacional em 2000 e se organizou a partir da compreensão de que, frente à globalização neoliberal, era necessário construir um movimento mundial. A preocupação era justamente construir uma resposta, a partir dos movimentos, para enfrentar a ofensiva conservadora em curso e as vitórias de neoliberalismo. Esse enfrentamento se deu a partir da compreensão de que o capitalismo, o heteropatriarcado e o racismo se reforçam mutuamente, e de que a luta feminista marcha em coextensividade com a luta ecológica e pelo reconhecimento das diversidades e dissidências sexuais.

A ação inicial da MMM foi determinante para posicionar as mulheres em relação ao debate econômico que, naquele momento, era o centro da disputa. Nesse processo, as mulheres se tornaram parte do sujeito político que organizou a luta contra o neoliberalismo. A organização para a ação se dava de forma concomitante à apropriação do debate econômico e à problematização da economia a partir da elaboração feminista. Isso nos permitiu estabelecer diálogos com outras economias contra-hegemônicas, como a economia solidária, a ecológica e a camponesa. Essa trajetória do debate sobre a economia no feminismo combinou reflexão teórica e prática e construção de movimento. Isso desafiou profundamente a compreensão da economia e sua relação usualmente apartada de outras dimensões da sociedade.

Podemos citar como elemento central dessa elaboração crítica

o questionamento de como o capitalismo reduz a economia ao que é monetário, reconhecendo somente a produção com valor de troca. Esse é o mecanismo utilizado para invisibilizar a reprodução e desconsiderar o caráter econômico do trabalho doméstico e de cuidados e a produção para o autoconsumo. Em decorrência disso, afirmamos as mulheres como atrizes econômicas, reconhecendo suas contribuições para a sustentabilidade da vida. Essa análise traz à luz a centralidade do trabalho na sustentabilidade da vida. É uma visão ampliada de economia, que inclui todos os processos necessários para garantir a vida.

De lá até aqui, o que vemos é uma retomada do debate feminista de forma mais ampla, se fortalecendo em várias vertentes, como é o caso do feminismo negro, camponês e indígena. É fato que essas lutas e contribuições vêm de longa data, mas o que se remarca aqui é a sua projeção e força pública nesse momento, o que coloca o debate sobre o sujeito político de transformação em outro patamar. Isso vai além de afirmar a não homogeneidade das mulheres e o combate à hierarquia no interior da classe trabalhadora. Uma contribuição fundamental disso tem sido iluminar a complexidade das imbricações entre capitalismo, racismo e patriarcado na constituição das relações sociais, das subjetividades e das práticas individuais e coletivas.

A força dessas vertentes colocam com mais ênfase a questão do colonialismo na constituição da nossa formação social, o que nos dá mais ferramentas para compreender e enfrentar as complexidades das relações sociais. Outro elemento fundamental tem sido posicionar a resistência e a força coletiva para manter práticas, conhecimentos e memórias que os setores dominantes e usurpadores tentam invisibilizar e soterrar.

Essa trajetória do movimento feminista, criando sínteses e propostas a partir de ações concretas que alteram a sociedade e a vida das mulheres, mostra que é impossível separar o debate da agenda e da constituição do sujeito político. O fato de que o feminismo popular integra a classe trabalhadora em sua diversidade contribui para a definição do projeto político com uma posição que busca uma mudança integral a partir de um paradigma libertário, emancipador, de autonomia e igualdade.

Neste ano de 2020, durante a pandemia, vivendo uma crise sistêmica sem precedentes, os acúmulos do feminismo foram norteadores para elaborar respostas. Os desafios múltiplos da vida concreta nos fizeram dar continuidade, ao mesmo tempo, a uma elaboração coletiva sobre o

que, de fato, significa a sustentabilidade da vida, e quais as propostas feministas que devem ser levadas adiante para enfrentar a pandemia. Nosso processo de elaboração se dá à medida que vamos respondendo, na prática, os problemas colocados. Essa é a nossa estratégia para a conjuntura, tanto no Brasil como na América Latina e no Caribe. Houve um processo de debate em conexão com a proposta da 5ª ação internacional da MMM,¹ debruçando-se sobre o que estava acontecendo na vida das pessoas durante a pandemia, o que nos permitiu conectar a luta concreta pela vida à ação política pelo “Fora Bolsonaro”, compreendendo que o debate sobre o projeto político e o enfrentamento à extrema-direita é, no Brasil, uma questão fundamental para enfrentar a crise em geral e também a pandemia.

A ofensiva neoliberal que existe neste momento ataca mais profundamente as bases da vida, pois a crise agudiza o conflito capital-vida. No feminismo, se ampliou o leque de posições que colocam críticas ao neoliberalismo. Ao mesmo tempo, partes dos setores dominantes organizam sua ofensiva de cooptação do feminismo, por meio da incorporação de partes do discurso feminista, mas de forma liberal, pela indústria do entretenimento e de mulheres representantes das elites. As ambiguidades desse processo não podem nos impedir de reconhecer a estratégia de banalização do conteúdo crítico do feminismo. Ao mesmo tempo, outros tipos de instituições se encarregam de fazer parecer que há uma incorporação do feminismo em suas agendas, como, por exemplo, as estratégias de maquiagem lilás (Moreno, 2020). Por outro lado, a ofensiva reacionária da extrema-direita coloca o feminismo e todos os setores da luta emancipatória sob ataque. Esses são os dois lados da mesma moeda neoliberal. Observar essa situação por inteiro complexifica as respostas necessárias, que devem ser dadas pelo feminismo popular, anticapitalista e antirracista. Além de organizar e ampliar uma visão crítica, formular e praticar respostas feministas implica em organização, ou seja, na capacidade de posicionar uma agenda que concretize as lutas e aponte os caminhos para uma outra economia.

1 A 5ª ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres teve início no dia 8 de março e se encerrou no dia 17 de outubro de 2020. Com o lema “Resistimos para viver, marchamos para transformar”, a ação organizou uma agenda de ações e eixos de luta para o movimento, conectando os enfrentamentos globais às realidades locais. Leia mais sobre a ação em: www.marchamundialdasmulheres.org.br/chamado-a-5a-acao-internacional-da-marcha-mundial-das-mulheres.

Economia feminista para reorganizar a sociedade

A partir do início da pandemia, uma fala tornou-se comum: “agora é o momento de pôr a vida no centro”. Mas não é apenas agora o momento de colocar a vida no centro. A vida precisa estar no centro sempre, e se hoje estamos vivendo essa crise com tamanha gravidade tão grave, é justamente porque a vida não foi colocada no centro – foi priorizado o lucro. Por isso, consideramos que não estamos vivendo “apenas” uma crise sanitária, tampouco uma somatória da crise sanitária com uma crise econômica, ou outra crise política... Trata-se, isso sim, de uma crise do modelo, que tem múltiplas dimensões. A economia não se separa da vida, nem a política da economia, nem a economia da sociedade. Enquanto o capital sugere uma dicotomia entre saúde e economia, na qual ou se preserva a saúde ou se preserva a economia, nós dizemos o oposto: os problemas em relação à saúde são, justamente, fruto da política econômica que os governos implementaram, que os empresários implementaram, e que é a política da centralidade do lucro.

A lógica de acumulação do capital é irreconciliável com uma lógica de sustentabilidade da vida. A partir de nossa visão feminista, denunciávamos as políticas de austeridade, de privatização, de extrativismo e de impedimento de que o Estado cumpra seu papel de fornecer políticas públicas e aprofunde a democracia. Não há menor dúvida que as grandes beneficiárias desse modelo são as empresas transnacionais e o sistema financeiro, onde se concentra o poder da burguesia.

A Marcha Mundial das Mulheres, ancorada na economia feminista, vem discutindo há muitos anos propostas de ruptura com o atual modelo, que é capitalista, heteropatriarcal, racista e colonialista. É um percurso feito a partir de lutas, como movimento auto-organizado de mulheres e de construção de articulação e de alianças. É também um processo de diálogo com outras economias contra-hegemônicas, um processo que se nutre das lutas e resistências dos povos. Nessa trajetória, as mulheres são protagonistas centrais na defesa dos comuns, são construtoras de práticas de sustentabilidade da vida.

O lugar das mulheres na divisão social, sexual e racista do trabalho é o que explica a necessidade de protagonismo das mulheres enquanto sujeitos políticos. Uma perspectiva feminista de análise desse protagonismo parte do reconhecimento das mulheres como os principais sujeitos do trabalho reprodutivo, que sustenta a vida comum, tanto no passado como na atualidade.

As mulheres precisam mais que os homens do acesso aos recursos comuns e estão mais comprometidas com sua defesa, tanto no campo como na cidade.

Ainda há muito sobre o que refletir a respeito das reformulações das práticas das mulheres populares e negras como estratégia de sobrevivência, mas também de resistência, à dominação e à subordinação (Souza-Lobo, 2011).

A utopia do nosso feminismo faz um questionamento global do modelo atual e quer uma nova sociedade, com a construção de novas relações, com outras formas de organizar o trabalho, de garantir a sustentabilidade da vida e novas subjetividades baseadas na autonomia, reciprocidade e igualdade. Nossos acúmulos, na prática cotidiana das mulheres, apontam vários elementos desse novo vir-a-ser: reconhecimento e valorização das relações afetivas, bem-estar, cuidado, transcendência. Isso é fruto de uma prática concreta que busca superar as dicotomias que sustentam o capitalismo patriarcal e racista, como as oposições entre produção/reprodução, cultura/natureza, razão/emoção, objetivo/subjetivo, público/privado. O estabelecimento dessas falsas dicotomias é um instrumento utilizado pelo pensamento ocidental para impor um pensamento binário e estabelecer hierarquias entre essas esferas. Por isso, as esferas vinculadas à manutenção da lógica de acumulação capitalista e legitimação das práticas desse modelo são as valorizadas como superiores, permitindo relações de exploração, opressão, desigualdade e violência.

A economia feminista analisa a totalidade das relações econômicas, considera a experiência das mulheres e tem como ponto de partida a satisfação das necessidades humanas. Portanto amplia a noção de economia para além da esfera mercantil e monetária, incorporando toda a reprodução e o trabalho doméstico e de cuidados. Apontamos a importância em colocar a sustentabilidade da vida no centro, a partir do bem-estar. Isso se relaciona com um confronto do conflito capital/vida e implica em uma profunda reorganização dos modelos de produção, reprodução e consumo.

Afirmar um projeto político que defende a sustentabilidade da vida pressupõe a capacidade de reconhecer o conjunto de processos, trabalhos e relações que a sustentam – suas contribuições, ensinamentos e lógicas e, a partir daí, reorganizá-las. Colocar a sustentabilidade da vida no centro significa romper com a lógica da acumulação capitalista e organizar a sociedade a partir dos princípios de igualdade, justiça e solidariedade. Significa, também, enfrentar o militarismo racista, que pratica diariamente uma política de morte nas periferias das cidades, no campo e nas florestas,

aniquilando as vidas da juventude negra, principalmente, e afetando comunidades inteiras a cada morte.

A dimensão do cuidado é central em uma proposta que tem a sustentabilidade da vida no centro. Isso está definido por uma questão básica da condição humana como vulnerável, o que faz com que sejamos interdependentes e que necessitemos de cuidados. A vida é sustentada pelos cuidados, quase todos realizados pelas mulheres. Ter comida, casa e roupas limpas, atenção, entre outras coisas, requer muito trabalho doméstico. Somos seres relacionais e, portanto, a socialização, o afeto, a intimidade e a subjetividade fazem parte do nosso cotidiano.

Tem-se debatido muito sobre a necessidade de reconhecer o cuidado e as atividades domésticas como trabalho. Assim como reconhecer que são parte da economia e garantem a existência cotidiana das pessoas. Esse reconhecimento é base para desvelar como a invisibilização serve para ocultar o nexo econômico entre a esfera da produção e da reprodução. Dessa forma, os custos com a força de trabalho podem ser diminuídos, ao mesmo tempo em que essas atividades são naturalizadas como uma atribuição feminina, um destino biológico. O fato é que o capitalismo empurrou para as mulheres essa atribuição, a de lidar com a vulnerabilidade dos seres humanos e suas necessidades de cuidado. Ao mesmo tempo, desvalorizou essa responsabilidade, colocando-a em situação de controle patriarcal.

São inúmeros os desafios frente a essa complexidade – dentre eles, o de não cair na “ética reacionária do cuidado”. Ou seja, na ética que mistifica as mulheres como seres altruístas em permanente disponibilidade, com um discurso muitas vezes carregado de essencialismo, ignorando as construções sociais e sendo incompatível com a realidade. Portanto esse trabalho, hoje, é realizado de uma forma injusta e desigual porque somos nós, as mulheres, quem arcamos com a maior parte desse trabalho.

Essa construção em relação à invisibilização e à naturalização do trabalho doméstico e de cuidados está ancorada no controle e na alienação do corpo das mulheres. É desse corpo que se extrai a energia para o trabalho interminável que exige disponibilidade permanente. Isso está organizado a partir de uma divisão sexual e racista do trabalho, que se articula no disciplinamento dos corpos das mulheres. Assim como na maternidade, há um elemento constitutivo de disciplina e disponibilidade permanente para o trabalho doméstico e de cuidados.

A apropriação mercantilizada do corpo das mulheres é o que,

de forma contraditória, os visibiliza desde uma perspectiva capitalista, patriarcal e racista. Isso se dá na forma perversa que hierarquiza as mulheres por padrões de feminilidade e beleza, destruindo a autonomia e o amor próprio das mulheres, inclusive em recortes de classe e raça. Esse mecanismo impõe um modelo de consumo. Mais do que isso: é um mecanismo também de medicalização das dores que ele provoca, fragmentando nossa existência ao passo que reforça dicotomias entre corpo e consciência. Todas essas ideias se encontram com uma formulação do feminismo dos anos 1960, que diz que o pessoal é político, e que nossos corpos nos pertencem. A partir disso, um percurso se instala e resulta em elementos fundamentais para pensar nossas propostas de transformação.

Hoje, vemos que a dimensão dos cuidados deve ser observada a partir da reciprocidade. O tema dos cuidados é uma disputa, e nós temos como tarefa permanente a reflexão sobre como colocá-lo na agenda pública e como reorganizar o trabalho de reprodução da vida. Isso passa por dividir melhor o trabalho doméstico entre as pessoas com quem convivemos em casa, mas passa também por uma outra organização da sociedade.

No Brasil, um elemento bastante nefasto sobre a atual organização do trabalho doméstico é o fato de quase seis milhões de mulheres serem trabalhadoras domésticas. É um emprego precário, que ainda tem pouco reconhecimento em relação a direitos, marcado pelo racismo e pela continuidade de elementos da escravidão em nosso país. Temos o desafio de seguir lutando pela garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas, para que elas tenham dignidade no trabalho. A realidade das trabalhadoras domésticas no Brasil deve ser ecoada, como forma de conscientizar sobre a agudeza do racismo fincado na nossa sociedade, de visibilizar a dimensão do trabalho doméstico e de cuidados na sustentabilidade da vida e de propor, em relação à organização desse trabalho, respostas que sejam para o conjunto da população e não para o pequeno setor que pode pagar por isso.

A proposição de outras saídas, saídas mais coletivas, é o caminho para alterar uma visão, muito presente no Brasil, de que quem faz o trabalho doméstico da própria casa o faz porque “não dá conta” de contratar alguém para fazê-lo. É preciso observar e criticar o que isso significa em termos de discriminação, racismo e desigualdade de gênero. O reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados precisa ser parte da nossa disputa pela reorganização econômica e social.

A reorganização do trabalho de cuidados está vinculada à

responsabilização do conjunto da sociedade, incluindo os homens, a comunidade e o Estado. Mas é fundamental que, além da recusa de formas racistas e exploratórias, essa perspectiva recuse também a ideia de que a sociedade é composta, em sua totalidade, por famílias heterossexuais. Os serviços públicos tampouco estão voltados para a reprodução que visa complementar essa família.

A família nuclear “tradicional” e heterossexual não é a realidade atual, e nem o que pensamos que deve ser. Além de reconhecer o grande número de famílias com outras conformações, como famílias de mães solas e homoafetivas, é fundamental problematizar a imposição de que a organização do cotidiano deva se dar de forma isolada, apenas na família. É necessário garantir que outros arranjos existam. A socialização das crianças pode ocorrer em espaços mais coletivizados, e as famílias nem sempre precisam estar sob o mesmo teto.

Somos ecodependentes

O reconhecimento de que somos ecodependentes, isto é, de que somos natureza, é central para compreender os elos que sustentam a vida (Carrasco e Tello, 2012). O capitalismo, com sua perspectiva antropocêntrica, trata a natureza como uma esfera separada da cultura e, portanto, desvalorizada. Dessa forma, justifica a exploração da natureza a partir de sua lógica de acumulação. Portanto busca extrair da natureza todos os seus bens. Extrai, destrói, contamina. A ruptura com essa lógica permite resgatar que só em harmonia com a natureza a vida será sustentável. Dependemos da natureza para existir e somos parte da natureza, coevoluímos juntos.

Todos esses desafios, vinculados ao bem-estar e à necessidade permanente de regeneração da vida humana e da natureza, colocam questões sobre a organização do tempo e do trabalho. Hoje, o atual modelo impõe uma pressão sobre os nossos tempos, desrespeitando os tempos necessários. A dimensão do tempo é uma questão transversal a tudo que nós estamos construindo e propondo. Não é possível pensar a sustentabilidade da vida humana sem pensar em uma vida em harmonia com a natureza, ou seja, que respeite seus processos.

A defesa da sustentabilidade da vida é baseada, então, em outra forma de pensar e fazer economia, na qual todos os saberes e tipos de

trabalho são valorizados, em que a contribuição das mulheres é reconhecida e os ciclos e tempos da natureza são respeitados. A recuperação, a defesa e o cuidado da água, das sementes, da terra e das práticas ancestrais para a vida fazem parte da agenda do movimento de mulheres, e isso é muito importante.

A proposta de soberania alimentar que reivindica uma ampla reforma agrária e tem a generalização da agroecologia como estratégia é muito potente. Ao mesmo tempo, denuncia o atual modelo e se constitui como exercício de outro paradigma. Conecta várias dimensões sobre a autodeterminação dos povos sobre seus sistemas alimentares, a relação entre campo e cidade, a recuperação de saberes tradicionais, a desalienação em relação à alimentação que conecta o corpo, a saúde, as memórias, a cultura, o território (Faria; Moreno; Nobre, 2020).

Tendo como base a interdependência e a ecodependência, podemos enumerar que parâmetros são necessários para pensar um novo modelo de sustentabilidade da vida. Essa base nos dá os elementos para pensar uma sociedade que tem o bem-estar de todas as pessoas e seres vivos no centro. Portanto a nossa disputa é pela reorganização do modelo de produção, reprodução e consumo.

Pensar a sustentabilidade da produção implica em colocar como central a garantia de suficiência, portanto em lógica oposta ao consumismo. As perguntas norteadoras devem ser: o que precisamos produzir? Para quem? Para quê? Como? Logicamente, há que se romper com o modelo atual da obsolência programada, da mercantilização e financeirização de todos os processos da vida. Além disso, é necessário reorganizar a forma de produzir garantindo a expansão da produção cooperativa, a estatização de vários setores e o desmantelamento das corporações transnacionais. Assim como é necessário pensar em uma forma de organização do trabalho que rompa com a dicotomia produção/reprodução e responda ao conjunto das necessidades humanas e da natureza.

Mulheres em ação

Reconhecer e potencializar as experiências populares, organizadas desde a luta cotidiana para sustentar a vida, é central. Essas ações são experiências voltadas para o coletivo, em uma perspectiva dos comuns. Têm um papel central na construção de vínculos, de ocupação dos territórios e de redefinição das fronteiras entre espaços privado e públicos,

uma vez que a satisfação das necessidades e o bem-estar são preocupações do coletivo. Há um grande protagonismo das mulheres negras, indígenas, periféricas e camponesas nessas lutas e nesses processos de construção de respostas coletivas. O fato da inserção das mulheres no trabalho assalariado se concentrar em atividades vinculadas ao cuidado repercute no seu papel nas lutas em defesa dos comuns e da sustentabilidade da vida perante o conjunto da sociedade.

Nesse sentido, é preciso iluminar os processos de resistência com ações que tensionam a lógica do mercado. Esses estão, em geral, vinculados a reivindicação frente ao Estado, mas também há a recuperação de outras formas de sociabilidade, de cultura. Isso confronta o atual modelo, que empurra as pessoas à competitividade, ao individualismo, a se fecharem diante das telas da TV e do celular, de formas de lazer isoladas e definidas pela indústria do entretenimento. A construção desses processos e espaços ocupa e envolve a comunidade, promove experiências de trabalho coletivo, autogestionados, solidários e com base na reciprocidade. São experiências que alteram o tempo presente e que, ao mesmo tempo, apontam para a possibilidade de uma reorganização social sem exploração e sem hierarquias.

Essa proposta traz desafios que estão em outras esferas de organização do conjunto da produção e reprodução social. É o desafio de dismantlar as hierarquias que mantêm o sistema e diminuem e aniquilam os conhecimentos populares em detrimento do conhecimento científico (o que tem sido chamado de epistemicídio). Reafirmar os conhecimentos populares é fundamental para dar continuidade e vida aos saberes acumulados pelos povos em sua resistência cotidiana e nas práticas de sustentabilidade da vida.

Faz parte dessa luta enfrentar e romper com a mercantilização da vida e fortalecer o público e o comum. Com essa perspectiva, olhamos para o papel do Estado e das políticas públicas. Os governos e Estados que precisamos são aqueles que colocam a vida de seu povo no centro, que constroem suas políticas públicas com soberania e participação popular, que trabalham para a consolidação de um poder popular autogestionário, livre do racismo, do patriarcado e do mercado.

Referências bibliográficas

CARRASCO, Cristina; TELLO, Enric. Apuntes para una vida sostenible. In: MATEO, F. (org.). *Sostenibilitats: Polítiques públiques des del feminisme i l'ecologisme*. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Social, 2012.

FARIA, Nalu. Feminismo em marcha para mudar o mundo. *Revista Democracia Socialista*, n. 1, dez. 2013.

FARIA, Nalu; NANSEN, Karin. *Economia feminista e ambientalismo para uma recuperação justa: olhares do sul*. Amsterdã: FOEI, MMM, REMTE, 2020.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata; NOBRE, Miriam (orgs.). *Cultivar a vida em movimento: experiências de economia feminista na América Latina*. São Paulo: SOF, 2020.

MMM Marcha Mundial das Mulheres. *Documento regional Américas 5a ação internacional*. Out. 2020. Disponível em: www.marchemondiale.org/wp-content/uploads/2020/10/DocAmericasES.pdf.

MORENO, Tica. Armadilhas do poder corporativo: maquiagem lilás e mercantilização das lutas. In: MORENO, R. (org.). *Crítica feminista ao poder corporativo: textos para a ação*. São Paulo: SOF, 2020.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOBRE AS AUTORAS

Clarisse Goulart Paradis é cientista política, professora do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB/Bahia) e pesquisadora do FEMPOS/UNILAB (Pós-colonialidade, feminismos e epistemologias anti-hegemônicas). É militante feminista engajada na Marcha Mundial das Mulheres e colaboradora da SOF.

Franciléia Paula de Castro é engenheira agrônoma, Mestre em Saúde Pública, educadora da FASE em Mato Grosso, membra da Associação Brasileira de Agroecologia e da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA.

Mariana Lacerda é cientista social formada pela Universidade Estadual do Ceará, militante feminista e antirracista da Marcha Mundial das Mulheres.

Marilane Teixeira é economista, doutora, pesquisadora do CESIT/IE-Unicamp e assessora sindical. Pesquisa as relações de trabalho e gênero. Atualmente, é presidente da SOF.

Miriam Nobre é engenheira agrônoma e mestre em estudos na integração da América Latina. Integra a equipe da SOF desde 1993, desenvolvendo atividades relacionadas a economia feminista, agroecologia, articulação e formação feminista. Organizou várias publicações da SOF, sendo a última delas “Economia feminista e ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios”. Participa da Marcha Mundial das Mulheres, da REF – Rede Economia e Feminismo e do GT de mulheres da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia.

Nalu Faria é psicóloga, com especialização em Psicodrama Pedagógico (Getep) e em Psicologia Institucional (Sedes Sapientiae). Coordenadora geral da SOF, atua desde 1986 na organização, onde desenvolve atividades de assessoria, articulação e formação feminista. Coordenou várias publicações da SOF, como a Coleção Cadernos Sempreviva (desde 1997), o boletim Mulher e Saúde (1993 a 2002) e o boletim Folha Feminista (1999 a 2010). Integra a Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) e o comitê internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

Sarah Luiza de Souza Moreira é cientista social, especialista em Educação Ambiental, Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Integrante do GT Mulheres e do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA. Militante da Marcha Mundial das Mulheres.

A SOF

A SOF Sempreviva Organização Feminista expressa sua razão de ser em três palavras-chave: movimento social, transformação e feminismo. Isso sintetiza uma trajetória que começa em 1963 e que combina algumas formas de atuação: participação nos movimentos sociais a partir do feminismo; assessoria a organizações mistas e de mulheres, movimentos sociais e órgãos de governo; formação para fortalecimento de grupos e dirigentes sociais, a partir da metodologia de educação popular, da elaboração feminista e da organização de publicações.

A SOF contribui para consolidar um movimento feminista forjado nas lutas populares, que atua na conjuntura, gerando e alimentando alternativas à ordem neoliberal. A economia feminista é, para a SOF, uma ferramenta de luta e transformação. É ela que orienta a nossa atuação junto com mulheres rurais e urbanas, na construção da economia solidária, da agroecologia, dos movimentos sociais. No Brasil, faz parte do movimento de mulheres e, em âmbito internacional, da REMTE (Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia) e da Marcha Mundial das Mulheres.

Para saber mais, acesse: www.sof.org.br

Esta publicação foi impressa em papel pólen pela
AR Fernandez Gráfica em dezembro de 2020.



ISBN: 978-65-87591-06-3

TD



9 786587 591063